



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA**  
**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DECOM**  
**HABILITAÇÃO EM JORNALISMO**

**WILLIAM DIAS SILVA**

**PROFISSÃO SIM, CONDIÇÃO NÃO: UM DISCURSO DO DIÁRIO DA  
BORBOREMA E JORNAL DA PARAÍBA SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE**

**Professor orientador:**  
Dr. Moisés de Araújo Silva

**CAMPINA GRANDE – PARAÍBA**  
Novembro/2011

William Dias Silva

**PROFISSÃO SIM, CONDIÇÃO NÃO: UM DISCURSO DO DIÁRIO DA  
BORBOREMA E JORNAL DA PARAÍBA SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como  
requisito para a obtenção do Título de Bacharel em  
Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo.

**Orientador:** Dr. Moisés de Araújo Silva

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

Novembro/2011

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva, William Dias.

Profissão sim, condição não [manuscrito] : um discurso do Diário da Borborema e Jornal da Paraíba sobre a homossexualidade / William Dias Silva. - 2011.

91 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

"Orientação: Prof. Dr. Moisés de Araújo Silva, Departamento de Comunicação Social".

1. Homossexualidade. 2. Jornal impresso. 3. Discurso jornalístico. I. Título.

21. ed. CDD 401.41

William Dias Silva

**PROFISSÃO SIM, CONDIÇÃO NÃO: UM DISCURSO DO DIÁRIO  
BORBOREMA E JORNAL DA PARAÍBA SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como  
requisito para a obtenção do Título de Bacharel em  
Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo.

Aprovado em: 04/11/2011

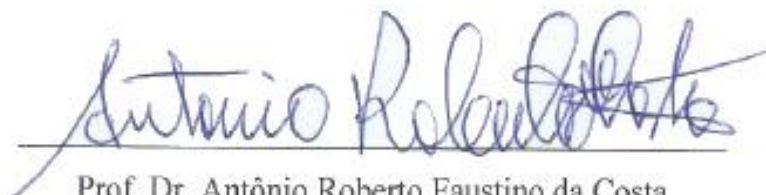
Nota: 10,0

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Moisés de Araújo Silva

Orientador - UEPB



Prof. Dr. Antônio Roberto Faustino da Costa

Examinador - UEPB



Prof. Ms. Maria de Fátima Cavalcante Luna

Examinador - UEPB

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

Novembro/2011

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus;

À Ana Paula Silva Brito, minha amiga querida, meu agradecimento especial, por tudo que tem feito por mim desde que nos conhecemos.

Aos meus amigos Robson Agra; Leidiane Alves; Samantha Pimentel; Lidiane Maria; Rodrigo Cruz; Pâmela Clarissa; Luana Fonseca e Lizanka Barbosa

A minha filha Mariana, que me ensina todos os dias a me tornar uma pessoa melhor

Aos meus pais que de forma direta ou indireta são responsáveis pelo ser humano que me tornei.

A todos os professores que colaboraram para a minha formação, em especial a esta banca examinadora.

Finalmente quero agradecer imensamente ao professor Moisés que com competência e muita paciência soube lidar com as minhas dificuldades durante o processo de orientação desse trabalho.

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado a todos os homens e mulheres que tem a coragem de deixar os seus esconderijos internos para vivenciar a sua sexualidade. Enfrentando o preconceito e a discriminação, resultado da ignorância que permeia a nossa sociedade.

Esconder o casamento (ou o homossexualismo) também já fez parte da cartilha marqueteira. Hoje, nem tanto. Taí uma coisa que os frenéticos tempos que correm (e correm demais) têm de bom: não dá tempo para mentir. Agora que tudo está exposto, não há tempo perdido, não há tempo a perder.

Humberto Gessinger

## **RESUMO**

A presente pesquisa teve a finalidade de conhecer mediante a análise do discurso jornalístico como a mídia impressa local retrata os homossexuais masculinos em suas páginas. Para tanto selecionamos como Corpus do nosso estudo, matérias do Jornal da Paraíba e Jornal da Borborema que tratam de crimes homofóbicos. A metodologia escolhida para a pesquisa foi a Análise de Discurso de escola francesa, por entender que AD é capaz de perceber além do dito, também o não dito. Bem como os deslizamentos de sentidos provocados pelas palavras e a sua relação com o contexto sócio-histórico. Optamos pela imagem dos homossexuais nos jornais impressos como objeto de estudo em virtude da notoriedade que os assuntos relacionados a esta parcela da população brasileira vem ganhando na sociedade nos últimos anos, ainda mais depois do reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo e das discussões a respeito do Projeto de Lei – 00122/06 que pretende criminalizar a homofobia. Além disso, essa investigação se justifica pelo fato de não existirem muitas pesquisas envolvendo homossexualidade e mídia entre os trabalhos produzidos pelos alunos do departamento de comunicação – DECOM. Realizada a análise do corpus constatamos que a condição sexual dos personagens, por razões diferentes, foram deixadas em segundo plano, enquanto eram tratados apenas como trabalhadores.

**Palavras-chave:** Homossexualidade; Jornal Impresso; Discurso Jornalístico. Profissão



## **ABSTRACT**

The present study was designed to meet through the analysis of journalistic discourse as the local print media portrays gay men in their pages. For both Corpus selected as our study, subjects of the Official Journal of the Borborema Paraíba and dealing with homophobic crimes. The methodology chosen for the research was the discourse Analysis of the French school, understanding that AD is able to perceive beyond the above, also the unsaid. As Well as landslides caused by the words of meaning and its relation to the sócio-historical context. We chose the image of homosexuals in the newspapers as an object of study because of the notoriety that matters related to this portion of the population is gaining in society in recent years, especially after the recognition of civil unions between same-sex and discussions about the bill – 00122 you want to criminalize homophobia. Moreover, such research is justified by the fact there is little research involving homosexuality and media between the work produced by students of the department of communication – DECOM.

**Keywords:** Homosexuality, newspaper, journalistic discourse.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
-------------------	-----------

### **Capítulo 1**

1. Um breve histórico da homossexualidade masculina	15
1.1. A sexualidade dos gregos	15
1.2. Do aceite ao pecado	21
1.3. A homossexualidade no Brasil colônia	25
1.4. De pecadores a criminoso	26
1.5. De criminosos a doentes	28
1.5.1. Os tratamentos	32
1.6. A homossexualidade na visão popular	34
1.7. Conquistas homossexuais	37
1.8. As várias identidades homossexuais	39
1.9. Definição da sigla LGBT	41

### **Capítulo 2**

2. AD – Um breve histórico	43
2.1. Ideologia	43
2.2. Discurso	44
2.3. Outras vozes – interdiscurso	49
2.4. Formação discursiva	50
2.5. Condição de produção do discurso	53
2.6. A imparcialidade em questão	54
2.7. O papel da notícia na construção das realidades	56
2.8. A homossexualidade na mira da mídia	56
2.9. A homossexualidade nos jornais locais	57
2.10. O homossexual – de réu a vítima	58
2.11. A Homossexualidade nos Jornais Locais	60
2.12. - A Homossexualidade nas Páginas Policiais: De Réu a Vítima	60

### **Capítulo 3**

3. Aspectos metodológicos e análise do corpus	63
---	----

3.1. Análise do corpus	63
3.1.2. Profissional é assassinado	64
3.1.3. Os dois lados de uma mesma moeda	69
3.1.4. Profissionais do sexo	74
3.1.5. Minha vida não é fácil	75
4. Considerações Finais	80
6. Referências bibliográficas	84
5. Anexos	86

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de um percurso de pesquisa e leituras feitas preliminarmente sobre a temática escolhida, ainda que de forma despretensiosa, durante o período de graduação. A homossexualidade não é um objeto de estudo novo no meio acadêmico, no entanto, parece ser pouco explorado pelos estudantes do departamento de comunicação – DECOM, por razões que desconho, mas que por uma ausência de comprovações científicas prefiro não citá-las nesse momento. Foi para preencher essa lacuna e despertar nos demais alunos o interesse pelo assunto que escolhemos como objeto de análise a homossexualidade no discurso jornalístico.

Apesar das relações entre pessoas do mesmo sexo serem tão antigas quanto à existência do homem na terra, ela ainda continua envolta em muita ignorância, o que tem gerado no curso da História preconceito e discriminação para com os homossexuais. Foram várias as formas de controle e combate ao que consideravam ser uma prática nociva ao bom andamento da sociedade, visto que ela punha e põe em dúvida os conceitos de normalidade e anormalidade.

A maneira particular como os gregos encaravam as relações sexuais e afetivas entre pessoas do sexo masculino os diferencia dos demais exemplos apresentados nesse trabalho, já que apesar de aceitarem com naturalidade tal situação, não viam na passividade algo positivo. Durante o período que compreende a Idade Média o ato sexual entre iguais era considerado uma falta grave, abominável diante de Deus, recebendo como punição a morte na fogueira. Além de pecado a homossexualidade já foi considerada crime e até doença, seja ela hormonal ou de fundo neurológico; já que estando acometidos de uma patologia, eles não eram culpados do mal que estavam submetidos devendo ser combatida com tratamento e não penalizados. Na busca pela cura foram utilizados alguns métodos a exemplo de choques elétricos e medicamentos que provocavam ataques epiléticos chamados de ‘convulso terapia’ e também ‘insulinoterapia’, que consistia em choques hiperglicêmicos, levando o paciente ao coma. Na ausência de um local específico para o tratamento dos homossexuais, muitos foram internados em sanatórios, mesmo porque um dos diagnósticos para o desejo sexual e afetivo de alguns homens por seus iguais era a esquizofrenia. Mais que um esperar por cuidados médicos os sanatórios serviam ao confinamento. Essa foi a forma

encontrada pelas famílias de classe média para afastá-los do convívio social, evitando assim o constrangimento diante das pessoas próximas.

As discussões a respeito dessa temática tem se acentuado nos últimos anos no nosso país depois do Projeto de Lei 122, que pretende criminalizar a homofobia, seja em que grau ela aconteça, indo desde uma agressão verbal; espancamento e até assassinato. Este ano os homossexuais obtiveram uma das conquistas mais almeçadas pelos grupos organizados que lutam pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – LGBT: O reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal – STF no dia 05 de Maio de 2011. Outro importante projeto que seria posto em prática este ano, mas que foi abortado pela presidente da República Dilma Rousseff foram as cartilhas de combate a homofobia que seriam distribuídas nas escolas públicas de todo o país. A intenção das cartilhas era esclarecer o que é homossexualidade, e dessa forma diminuir o preconceito sofrido pelos homossexuais numa das fases mais difíceis de sua vida, que é a adolescência.

Toda essa situação possibilitou aos homossexuais uma maior visibilidade nos meios de comunicação, seja na televisão em programas diários e novelas; nas revistas de circulação nacional; no rádio; na internet e claro nos jornais impressos. Tendo conhecimento dessa situação uma dúvida começou a nos incomodar: como os homossexuais vem sendo apresentados nos discursos jornalísticos? Nesse sentido esse trabalho foi realizado para responder a esse questionamento.

O nosso trabalho está dividido em três capítulos: no capítulo I, discorreremos sobre a maneira como no curso da História ocidental as relações sexuais e afetivas entre homens eram encaradas pelas sociedades, desde os gregos com a naturalização do desejo sexual por seus iguais, passando pelo período medieval onde a moral cristã era preponderante. Condenava essa prática sexual considerada abominável por Deus, essa visão cristocêntrica chega ao território brasileiro com a colonização portuguesa. No Brasil a homossexualidade passa por variadas explicações como: perversão sexual, tendo sua prática tratada como crime; patologias de caráter psicológico e orgânico, enquanto doentes não eram culpados pelo mal que os acometiam e deveriam ser tratados e curados. Apesar de já ter deixado de ser considerada doença a algum tempo ainda hoje por uma ausência de explicação científica há uma desnaturalização da homoafetividade. Para elaboração da primeira parte deste material fizemos uso de textos de autores

importantes como: Michel Foucault (1984); James N. Green (2000); João Silveira Trevisan (1984); Peter Fry e Edward MacRai (1984).

No capítulo II abordamos os conceitos pertinentes a Análise de Discurso a exemplo de Ideologia; Discurso; Interdiscurso; Intradiscurso; Formação Discursiva; Condição de produção. Que serviram de pressupostos teóricos metodológicos na condução da análise do discurso jornalístico para se chegar a finalidade pretendida pela presente pesquisa. Nesse caso utilizamos importantes teóricos da AD como: Michel Pêcheux (1998), Louis Althusser (1985), e também autores mais contemporâneos, a exemplo de Eni Orlandi (2001) e Helena Brandão(2004).

A terceira e última parte do nosso trabalho foi dedicado a análise. Selecionamos como corpus da nossa pesquisa, matérias que tratam da violência sofrida por homossexuais no Estado da Paraíba, em dois dos maiores jornais da nossa cidade: Jornal da Borborema e Jornal Paraíba. Nossa intenção foi compreender como os homossexuais eram apresentados nos discursos jornalísticos, Optamos por matérias publicadas entre os anos de 2006 à 2010 por considerar que neste período as discussões a respeito da criminalização da homofobia se intensificaram em razão do projeto de lei - 00122\2006 que pretende criminalizar a homofobia.

Após a análise do corpus constatamos que o discurso jornalístico promove uma profissionalização dos homossexuais, ainda que por razões diferentes, em oposição a um silenciamento da condição sexual e de gênero deles, produzindo um fio discursivo que relaciona o material investigado entre si.



# **Capítulo I**

## **Um Breve Histórico da Homossexualidade Masculina**

## **Capítulo I - Um Breve Histórico da Homossexualidade Masculina**

No capítulo que segue, abordaremos a homossexualidade masculina, tomando como ponto de partida a civilização grega antiga. Por entender que essa foi uma sociedade que lidou com as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo de forma muito particular, o que será percebido no decorrer do texto. Também por ser a Grécia o berço da sociedade ocidental, da qual somos parte.

Faremos um breve passeio pela história da homossexualidade, buscando entender como em diferentes momentos da história as relações sexuais e afetivas entre homens eram encaradas pela sociedade e estudiosos do assunto. Para tanto traçamos um percurso que vai da aceitação grega, passando pelo surgimento do cristianismo com sua moral repressora, exercendo sua influência durante todo o período medieval na Europa, a chegada desses valores católicos trazidos pelos portugueses ao Brasil, onde as culturas européia, indígena e negra se encontraram dando início a sociedade brasileira. Então chegamos ao século passado, momento em que as relações homossexuais vão se tornar alvo da preocupação de médicos legistas e criminalistas, é nesse período que surge o termo homossexualismo, sendo o sufixo *ismo* referente a doença, por fim apresentaremos as últimas conquistas da comunidade homossexual.

O trajeto feito nesse primeiro capítulo é importante para entendermos melhor como as relações homossexuais vem sendo encaradas e vivenciadas por sociedades diferentes em épocas distintas. Tais abordagens são necessárias, já que analisaremos especificamente textos jornalísticos que tratam direta e indiretamente da temática homossexual.

### **1.1. A sexualidade dos gregos**

O termo bissexualidade criado para designar pessoas, sejam elas homens ou mulheres que mantenham relações sexuais e/ou afetiva com seus pares, e também com pessoas do sexo oposto, contempla sentimentos diferentes. É atribuído ao bissexual dois tipos de desejos: os sentidos pelas fêmeas e aqueles sentidos pelos machos. Sendo assim, o homem ou a mulher bissexual é ao mesmo tempo hétero e homossexual.



Na Grécia antiga as relações sexuais entre homens não eram encaradas pela sociedade da época como algo que transgredisse a moral, não havia oposição entre o desejo que se tinha por uma mulher, daquele que se sentia por um rapaz; era o mesmo, que ora podia ser sentido por um, ora por outro. Por isso mesmo os termos bissexuais, homossexuais e heterossexuais tão comuns nas sociedades modernas, não são esclarecedores das relações sexuais e afetivas daquela sociedade.

Bissexualidade dos gregos? Se quisermos dizer com isso que um grego podia, simultânea ou alternativamente, amar um rapaz ou uma moça que um homem casado podia ter seus *paidika*, que era corrente, após as inclinações “para rapazes” na juventude, voltar-se de preferência para as mulheres, então, pode-se muito bem dizer que eles eram “bissexuais”. Mas se quisermos prestar atenção à maneira pela qual eles refletiam sobre essa dupla prática, convém observar que eles não reconheciam nela duas espécies de “desejo”, “duas pulsões”, diferentes ou concorrentes, compartilhando o coração dos homens ou seus apetites. Podemos falar de sua “bissexualidade” ao pensarmos na livre escolha que eles se davam entre os dois sexos, mas essa possibilidade não era referida por eles a uma estrutura dupla, ambivalente e “bissexual” do desejo. A seus olhos, o que fazia com que se pudesse desejar um homem ou uma mulher era unicamente o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que são “belos”, qualquer que seja o seu sexo (FOUCAULT, 1984, p. 168).

Percebe-se então que não havia por parte dos gregos uma preocupação em fazer a separação social entre aqueles que exerciam sua sexualidade com pessoas do mesmo sexo dos que mantinham com pessoas do sexo oposto. Tanto era assim que não era dado a eles alcunhas ou apelidos que os identificassem. Como acontece nas sociedades contemporâneas.

Ainda que moralmente aceita e, até encontrando legitimidade em instituições importantes, a exemplo das militares e pedagógicas, o amor entre os homens e os rapazes estava submetido a critérios de valoração, que deveria ser seguido para que a relação não acabasse desqualificada, cabia aos aprendizes demonstrarem um comportamento honrado, buscando reter dos seus iniciadores o conhecimento a eles dispensado; para que não fossem mal vistos, como era o caso dos efeminados e daqueles que se entregassem a devassidão. Essa maneira singular com que os gregos encaravam as diferentes maneiras de comportar-se e vivenciar a sexualidade masculina torna o seu entendimento ainda mais complexo.

Quanto às noções de “tolerância” ou “intolerância”, elas também seriam muito insuficientes para dar conta da complexidade dos fenômenos. Amar os rapazes era uma prática “livre”, no sentido de que era não somente permitida pelas leis (salvo em circunstâncias particulares), como também admitida pela opinião. Ou melhor, ela encontrava sólidos suportes em diferentes instituições (militares ou pedagógicas). Ela possuía cauções religiosas em ritos e festas onde se interpelavam, a seu favor, as potências divinas que deveriam protegê-la. Enfim, era uma prática culturalmente valorizada por uma literatura que a cantava, e por uma reflexão que fundamentava sua excelência. Mas a isso tudo se misturavam atitudes bem diferentes: desprezo pelos jovens demasiado fáceis ou demasiado interessados, desqualificação dos homens efeminados, dos quais aristófanos e os autores cômicos zombavam freqüentemente. (FOUCAULT, 1984, p. 170)

Esse intrincado sistema de valoração a que estavam submetidas as relações e os indivíduos envolvidos em práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, não nos permite compreender mediante os conceitos próprios do nosso tempo como aquela sociedade que a princípio aceitava tais relações, ao mesmo tempo impunha a estas regras comportamentais, que quando não cumpridas, poriam em risco a qualidade do relacionamento.

Diante dessa dificuldade Foucault aconselha que devemos nos ater as relações que eram o centro da preocupação daquela sociedade. Portanto nem todas as práticas sexuais eram objetos de reflexão dos filósofos gregos, aqueles em que estavam envolvidos dois homens feitos e aqueles em que os amantes eram dois jovens rapazes, não suscitavam por parte dos filósofos nenhuma grande problemática, no máximo, a primeira era motivo de críticas, por parte dos cidadãos, já que via na passividade de um homem feito situação humilhante e vergonhosa, toda problemática recaia sobre a relação dos homens com os jovens rapazes, que apesar de já gestarem o germe da virilidade masculina ainda carregavam consigo características peculiares da adolescência, o que o tornavam seres incompletos; os mesmos estavam em um período de transição e portanto precisavam das condições favoráveis para o seu crescimento intelectual, as quais podiam ser oferecidas pelos seus mestres.

Como já dissemos, as relações entre os homens e os rapazes eram marcadas por regras morais bem definidas que deviam balizar o comportamento dos dois amantes. A preocupação da filosofia com o amor pelos rapazes tem seu centro nervoso no fato de que ao contrário das outras já citadas, esta tinha ingredientes que a tornavam singular, existia nela uma relação desigual, entre um homem formado, que já havia alcançado sua posição social – status - na sociedade e um jovem recém saído da adolescência, ainda buscando reconhecimento, bem como, achar o seu lugar no meio social. Segundo Foucault o que ocorria é que estas relações estavam submetidas a um controle que ele chamara de prática de “corte”.

Sem dúvida, estas não possuíam a complexidade encontrada nas outras artes de amar, como as que serão desenvolvidas na Idade Média. Mas elas também eram outras coisas que não o costume respeitado para a obtenção, dentro das formas, da mão de uma jovem. Elas definem todo um conjunto de condutas oportunas e convenientes fazendo, assim, dessa relação, um domínio cultural e moralmente sobrecarregado; essas práticas – cuja realidade Dover atestou por meio de numerosos documentos – definem o comportamento mútuo e as respectivas estratégias que os dois parceiros devem observar para dar às suas relações uma que os dois parceiros devem observar para dar às suas relações uma forma “bela”, estética e moralmente válida. (FOUCAULT, 1984, p. 174 - 175).

As normas que deveriam pautar o comportamento dos parceiros em uma relação como esta, não faziam parte dos valores culturais presentes no inconsciente coletivo, a exemplo do que acontecia com as mantidas entre um homem e uma mulher, por isso, elas precisavam ser aprendidas por aqueles que desejassem manter uma relação como esta.

Elas fixam o papel do erasta e o do erômeno. O primeiro tem a posição da iniciativa, ele persegue, o que lhe dá direito e obrigação: ele tem que mostrar seu ardor, e também tem que moderá-lo; ele dá presentes, presta serviços; tem funções a exercer com relação ao amado; e tudo isso o habilita a esperar a justa recompensa; o outro, o que é amado o cortejado, deve evitar ceder com muita facilidade; deve também evitar aceitar demasiadas honras diferentes, conceder seus favores às cegas e por interesse sem pôr à prova o valor de seu parceiro; também deve manifestar reconhecimento pelo que o amante fez por ele. Ora, essa prática de corte mostra por si mesma que relação sexual entre homem e rapaz “não era sem problema”; devia ser acompanhada por convenções, regras de comportamento, maneiras de fazer, todo um jogo de adiantamento e chicanas destinados a

retardar o término e a integrá-la numa série de atividades e de relações anexas. (FOUCAULT, 1984, p. 174 - 175)

O que se pretendia com tais regras era ter o controle social dos relacionamentos como já acontecia com as relações amorosas entre homens e mulheres.

Tantas regras se faziam necessárias, tendo em vista que nesse jogo amoroso não acontecia o mesmo que ocorria no matrimônio, onde os papéis de ambos estavam bem definidos e entrojados no inconsciente coletivo. Nessa relação as mulheres exerciam papéis de coadjuvantes, com uma vida social inexistente, seu espaço se resumia ao lar, passiva tanto na vida quanto nas relações sexuais. Enquanto isso cabia aos homens o externo. Com uma vida social movimentada, eram eles que tomavam as decisões pertinentes à convivência de todos em sociedade. A exemplo do que acontecia com os homens feitos, os rapazes também tinham uma vida social, a rua era o seu espaço. <sup>1</sup>Diferente das mulheres, os jovens podiam fazer escolhas sobre aquilo que queriam, inclusive, continuar ou não com um romance e tomar decisões a respeito de suas vidas. O que dificultava por parte do amante a sua posição de mando, essa condição de igualdade limitava o seu domínio sobre o ir e vir do seu amado.

Com o rapaz o jogo se desenrola num espaço muito diferente: espaço comum, pelo menos a partir do momento em que a criança atinge certa idade – espaço da rua e dos lugares de reunião com alguns pontos estratégicos importantes (como o ginásio); mas espaço onde cada um se desloca livremente, de forma que é necessário perseguir o rapaz, caçá-lo, espreitá-lo lá onde ele pode passar e apreendê-lo no lugar em que ele se encontra; a necessidade de correr ao ginásio, de ir com o amado à caça e esfalfar-se em compartilhar exercícios para os quais não se está mais em condições, era tema de queixa irônica da parte dos enamorados (FOUCAULT, 1984, p. 175).

Como se vê as relações entre os rapazes eram bem mais niveladas que as mantidas com as mulheres, o que acabava por despertar nos homens a necessidade de cuidar do seu objeto de desejo, evitando que outros viessem a tomar dele o amado.

---

<sup>1</sup> Como cena apresentada no filme Alexandre, de direção de Oliver Stone, do ano de 2004, em que os meninos dividem espaço com os adultos no ginásio, onde aprendem a arte das lutas e os ensinamentos filosóficos.

O receio de ser trocado era agravado pelo fato de que os lugares freqüentados pelos jovens rapazes eram os mesmos utilizados pelos seus enamorados, era o caso dos ginásios, onde os rapazes iam exercitar o corpo acentuando as formas físicas próprias do sexo masculino. Na Grécia antiga os homens não se interessavam por uma possível semelhança dos rapazes com o comportamento e o físico das fêmeas; era justamente o oposto, o encanto dos rapazes estava na beleza juvenil, própria dos jovens que ainda não sendo homens feitos carregavam em si os sinais da virilidade própria dos homens feitos. Tanto era assim que existia um incentivo a prática de esportes que favorecesse manutenção de um corpo forte e resistente.

É importante ressaltar que assim como a beleza juvenil que não dura para sempre, as relações entre os homens e os rapazes também tinha prazo de término determinado, ela devia acabar no momento em que o amado começasse a perder as características comuns a essa fase. Essa era a regra, mas nada impedia que algumas dessas relações se prolongassem pela vida com prazo indeterminado para seu fim.

É um dos temas freqüentes na reflexão moral sobre essa espécie de relações que elas devem se livrar de sua precariedade: precariedade que é produto da inconstância dos parceiros e uma conseqüência do envelhecimento do rapaz que perdeu seu encanto: mas ela é também um preceito, posto que não é bom amar um rapaz que passou de uma certa idade, como também não o é bom para ele deixar-se amar. Essa precariedade seria evitada somente se, já no ardor do amor, a *philia*, a amizade começasse a se desenvolver: *philia*, isto é, semelhança do caráter e da forma de vida, o compartilhar dos pensamentos e da existência, a benevolência mútua. É esse nascimento e esse trabalho da amizade indefectível no amor que Xenofonte descreve quando erige o perfil dos dois amigos que se olham um ao outro conversam, presta-se reciprocamente confiança, alegram-se ou se entristecem juntos com as vitórias e os fracassos e velam um pelo outro: “Ao se comportarem assim eles não cessam até a velhice de amar a sua mútua ternura e de dela gozar” (FOUCAULT, 1984, p. 178 - 179).

A preocupação com a continuidade de uma relação entre um homem e um rapaz que ultrapassou a idade limite, não diz respeito ao fato de ambos se interessarem por pessoas do mesmo sexo, o que ocorre, é que a passividade sexual masculina não era vista como um comportamento favorável àqueles que representavam a sociedade.

Nas relações em que estavam envolvidos os homens e os rapazes, apenas o segundo se prestava à condição de passivo se deixando ser penetrado pelo seu amante,

nada que causasse vergonha, já que essa prática era própria da sua idade. No caso da relação entre dois homens feitos em algum momento tanto um quanto o outro acabava assumindo a posição de passivo no ato sexual. Tal situação não era boa para nenhum dos parceiros.

Ao ser penetrado o homem assumia uma posição essencialmente feminina e portanto de inferioridade, se antes ela era aceita e estimulada quando jovem, chegando a idade adulta deveria ser deixada para trás para que esse assumisse seu papel de ativo tanto no sexo quanto na vida em sociedade.

É importante entender que a mesma sociedade que aceita as relações sexuais entre homens e rapazes, não via nas relações que envolviam dois homens feitos como algo positivo para nenhum dos parceiros. Haja vista que em algum momento tanto um como outro iriam assumir a condição de passivo. O que para os gregos significava assumir uma posição de inferioridade e por tanto incompatível com a sua posição social.

É sem dúvida a existência dessa dificuldade que explica, ao mesmo tempo, o silêncio no qual a relação entre os adultos foi efetivamente envolta, e a barulhenta desqualificação daqueles que justamente rompem com esse silêncio ao marcarem sua aceitação, ou melhor sua preferência por esse papel “inferior”. É igualmente em função dessa dificuldade que toda a atenção foi concentrada na relação entre homens e rapazes, fato de não ter ainda atingido um status viril, pode ser, por um tempo que se sabe breve, objeto aceitável de prazer. Mas, embora o rapaz, por seu próprio encanto, possa ser a para os homens uma presa que eles perseguem sem que haja escândalos nem problema, é preciso não esquecer que ele terá um dia que ser homem, terá que exercer poderes e responsabilidades, não podendo, evidentemente, ser mais objeto de prazer. (FOUCAULT, 1984, p. 194).

Percebemos então, que apesar de naturalizar o desejo pelos rapazes, os gregos desnaturalizavam a passividade masculina entre homens adultos, por entender que tal condição inferiorizava-os, o fato, é que, tendo passado a adolescência, estes deviam agora se dedicar as atividades privilegiadas na sociedade, assumindo a sua condição de superioridade própria de seu status.

## **1.2. Do Aceite ao Pecado**

Se para os gregos antigos as relações entre as pessoas do mesmo sexo eram aceitas, recebendo até mesmo nos cultos religiosos um suporte favorável, como vimos

no tópico anterior, com a advento do cristianismo<sup>2</sup> e a sua expansão entre os povos gregos e romanos, uma outra moral é inaugurada, nela as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo perdem o caráter natural de antes para se tornar um pecado abominável aos olhos de Deus. O único ato sexual aceitável e digno seria aquele praticado entre um homem e uma mulher dentro do casamento.

O prazer na moral cristocentrica deve ser preterido em nome de uma vida sexualmente agradável a Deus, por isso a relação sexual deveria servir apenas para a procriação. Todas as demais práticas sexuais que não tivesse como fim desejável a concepção de filhos eram reprovadas pelos cristãos. Incluindo nesse caso as que envolviam dois homens. Todo aquele que persistisse em vivenciar tais relações, contrariando a vontade de Deus não teriam acesso ao seu reino. É o que afirma Paulo em 1º CORÍNTIOS. 6:9-10:

9 Não sabeis que os injustos não hão de herdar o reino de Deus

10 Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus. (CASTRO, 2000, p.1470)

No texto de Paulo, os sodomitas<sup>3</sup> são equiparados a ladrões, devassos e bêbados, portanto devendo receber por parte de Deus a mesma punição dispensada a estes, ou seja, a não presença no reino dos céus depois da morte. Também é importante ressaltar que o texto é taxativo quanto à recompensa recebida pelos pecadores citados, não é dado a nenhum deles a chance de defesa, dessa forma, o apóstolo é indiferente a todas as outras características que por ventura um sodomita tenha. Além do que todas as práticas citadas são encaradas como escolha pessoal, e, sendo escolha, pode e deve ser

---

<sup>2</sup> Cristianismo (do grego xpiotoc “ghistós”, messias) é uma religião monoteísta centrada na vida e nos ensinamentos de Jesus de Nazaré, tais como são apresentados no novo testamento. A fé cristã acredita essencialmente em Jesus como o Cristo, filho de Deus, Salvador e Senhor. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org>)

<sup>3</sup> É uma palavra de origem bíblica usada para designar as perversões sexuais, com ênfase para o sexo anal, que pode ser entre pessoas homossexuais ou heterossexuais. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org>)

mudada. Paulo acaba pondo nas mãos dos sodomitas (homossexuais) a responsabilidade da mudança. . Portanto a mudança depende única e exclusivamente de cada um.

Com a sociedade romana que também é espelho da grega a reprovação às práticas sexuais desviantes pode ser encontrada na epistola de Paulo aos Romanos 1:26-27, onde os homens que buscam prazer nos braços de outro homem, assumem um papel que naturalmente não seria seu, devendo receber as punições próprias dos seus atos, segundo o que escreve o apóstolo Paulo:

**26** Por isso Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza.

**23 -27** E, semelhantemente, também os homens, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, homens com homens, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro. (CASTRO, 2000, p.1450)

Na epístola aos romanos, Paulo reitera a necessidade de se manter afastado das práticas sexuais não naturais, é preciso abandonar os prazeres que tais atos possam proporcionar em nome de uma proximidade maior com Deus, evitando dessa forma a condenação eterna a que estava destinado todos os que persistissem em não cumprir a vontade do Senhor.

O cristianismo apresenta aos seus seguidores novas regras de comportamento balizadas por uma vida justa e honrada, onde todos são iguais perante Deus e os homens, a família passa a ser a célula mais importante dessa nova crença, composta por um homem e uma mulher que se unem para gerar filhos. Toda e qualquer prática que fugisse a esse modelo deveria ser evitado incluindo as relações sodomitas.

Santo Agostinho um dos personagens mais importantes do cristianismo em suas “confissões” também condenou as relações entre pessoas do mesmo sexo.

As infracções contrárias à natureza são em toda parte e em todas as vezes que se realizaram foram punidas. Tais foram as dos sodomitas. Todos eles deverão ser culpados do mesmo crime pela Lei Divina. Pois a relação que deve haver entre Deus e nós, é violado, quando a natureza, da qual Ele é o autor, é **poluída pela perversidade da luxúria**. (SANTOS, 2011, p.1)

Essa visão cristã vai se configurar como a predominante entre a população da Europa medieval, onde o prazer é encarado como algo que afastava o homem do seu



criador. Portanto o ato sexual deveria estar de acordo com a natureza humana, para que não agredisse a obra divina. A forma encontrada pela Igreja para reprimir a disseminação da sodomia foi a ameaça de uma punição que era dada como certa.

A religião católica exerceu uma forte influência sobre a população durante todo o período medieval, somente o clero tinha acesso as escrituras sagradas e ao conhecimento produzido durante a antiguidade. Por isso mesmo a Igreja se auto intituiu a representante de Deus na terra. Tudo que era pregado pelos seus membros acabava se tornando uma verdade absoluta e inquestionável. Dessa forma o clero exercia um controle permanente sobre os fiéis, ditando normas de comportamento inclusive interferindo na área da sexualidade.

Numa época em que o inferno constituía o maior dos medos e o conhecimento estava limitado apenas a Igreja, não era difícil controlar a população com as ameaças de uma danação eterna, como as encontradas nos sermões de São João Crisóstomo (347-407)

Mas se tu aprendeste e **ouviste falar do Inferno e acreditas que não é fogo**, lembra-te de Sodoma. Pois vimos, e com certeza continuamos a ver até mesmo na vida presente, uma aparência do Inferno. Quando muitos negam totalmente as coisas que virão depois desta vida, negam ouvir falar do fogo inextinguível, Deus traz à mente as coisas presentes. Por isso foi calcinada Sodoma. Pensa em **como é grande o pecado**, para ter forçado o Inferno a aparecer mesmo antes do seu tempo! Onde a chuva era incomum, porque a relação sexual era contrária à natureza, ela inundou a terra, tal como a luxúria havia feito com as suas almas. Por isso também a chuva era o oposto da chuva habitual. Agora não só ela não mexe no ventre da terra para a produção de frutos, mas tornou ainda inútil para a recepção das sementes. Foi também assim a relação dos homens entre homens, fazendo um corpo desta espécie mais inútil do que a própria terra de Sodoma. (SANTOS, 2011, p.1)

O caso de Sodoma é lembrado em boa parte dos textos dos santos católicos que escreveram sobre homossexualidade, como forma de apresentar ao fieis qual seria o seu fim, caso se aventurasse a viver contrariamente à vontade Deus. Quando estas ameaças não surtiam o efeito esperado e alguém era pego destoando do comportamento considerado o aceito pela igreja, a solução era a punição física. Muitos sodomitas foram condenados a morte na fogueira além de outros castigos. Dessa forma, a Igreja tornava

os condenados exemplos a não serem seguidos. As perseguições aos homossexuais se acentuaram durante o período de atuação do Tribunal do Santo Ofício.

### 1.3. Brasil Colônia

Durante o período inquisitorial na Europa a sodomia entrou no hall dos crimes cometidos contra Deus e contra a Igreja Católica. No Brasil a perseguição as práticas sodomitas se deu por razão da visita do Tribunal do Santo Ofício a colônia, segundo João Silveira Trevisan, as punições aqui aplicadas a essa prática, bem como aos demais crimes eram bem menos severas que aquelas aplicadas na Europa, o que ainda segundo ele, se dava em razão da permissividade que existia entre os povos que habitavam as terras brasileiras, desde os índios, com seus códigos sexuais em nada puritanos, inclusive com a existência de relações sodomitas. “Mas entre os costumes devassos dos habitantes desse paraíso tropical, nada chocava mais os moralistas da época do que a prática do ‘pecado nefando’, ‘sodomia’ ou ‘sujeiridade’”. (TREVISAN, 1984, p.37). Passando pelas relações amorais que existiram durante o período de escravidão negra no Brasil:

No Brasil, os escravos faziam de tudo. As negras mais formosas acabavam fatalmente como amásia e objeto sexuais de seus senhores, a que iam fornecer inclusive filhos bastardos, num clima de aberta promiscuidade. Era também com as escravas negras que os filhos dos senhores-de-engenho iniciavam sua vida erótica, da qual não excluía os negrinhos da mesma idade como seus joguetes sexuais: na verdade, era freqüente que o menino branco se iniciasse no amor físico mediante a submissão do negrinho seu companheiro de folguedos, não sem razão comumente conhecido com o apelido de leva – pancadas. (TREVISAN, 1986, p. 66).

Ainda segundo Trevisan (*idem*) contribuía para essa característica libertina dos habitantes do Brasil, a presença de um cristianismo muito mais social que religioso, influência dos mouros bem menos conservadores que os reformadores e os ortodoxos de Castela:

A liturgia católica seria, entre os portugueses, mais social do que propriamente religiosa – “um cristianismo lírico”, com reminiscências fálicas e animistas das religiões pagãs; sinal dessa teocracia mitigada é a ausência de grandes catedrais em território de Portugal, ao contrário da Espanha, cuja catolicidade centralizadora se evidenciava na

proliferação e imponência dos seus templos religiosos. Entre os portugueses, os aspectos místicos se mesclavam com a vida social: levavam-se bois para os padres benzerem dentro das igrejas; de saia levantada, as mulheres estéreis esfregavam-se nas pernas da imagem de São Gonçalo; os maridos desconfiados de suas mulheres iam interrogar os “rochedos dos cornudos”, enquanto as mocinhas casadoiras interrogavam os “rochedos do casamento”; e a Virgem Maria aparecia escandalosamente prenha, como na barriguda imagem de Nossa Senhora do Ó – aliás, até hoje existente no Brasil (TREVISAN,1986, p. 64 a 65 ).

As situações descritas na citação acima revelam que o catolicismo no Brasil ganha um caráter menos rigoroso que na Europa, mais adequado as características do povo que ia se formando como conseqüência das relações interculturais de brancos, negros e índios.

Mesmo que recebendo punições mais brandas, as relações homossexuais não deixavam de ser consideradas um pecado nefando, próprias daqueles que andavam segundo a influência demoníaca, por isso mesmo ele deveria ser vigiado e reprimido, até mesmo com a execução, para que os mortos na fogueira servissem de exemplo, evitando que outros viessem a praticar o mesmo erro.

#### **1.4 De pecadores a criminosos**

Além do tribunal do Santo Ofício, a homossexualidade também era considerada crime nas chamadas Ordenações do Reino de Portugal, um compêndio de leis, espécie de constituição composta por cinco livros, onde estava presente o conjunto de regras que regiam a vida dos portugueses. As Ordenações traziam no livro V as definições de crimes, penas e normas de procedimento judicial. Em casos de processos que envolvesse pecado devia-se recorrer ao Direito Romano e ao Canônico. Essa relação deixava evidente a ligação entre a legislação de Portugal e a religião católica. A mais antiga das Ordenações foram as Afonsinas publicadas em 1446. Nela já se encontrava a pena de fogo para aquele que fosse sodomita. Mas foram as Ordenações Manueias as primeiras a vigorar no Brasil por ocasião da chegada dos portugueses ao território. Esta é considerada o mais antigo código penal brasileiro. Nela, a sodomia passou a ser equiparada ao crime de lesa-majestade, tendo punição acrescida do confisco dos bens e a infâmia sobre os filhos e descendentes do condenado. Depois vieram as Ordenações

Filipinas, sendo estas as que vigoraram por mais tempo no Brasil, cerca de dois séculos, passando do período colonial para o Brasil Império. Em 1823 foram feitas algumas atualizações para que ela se adequasse a Constituição do Império. Em seu capítulo XIII tratava de questões que envolviam os sodomitas e o feito com animais (animálias). Para tais pecados eram dadas as seguintes punições:

Nele se determinava que “toda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia por qualquer maneira cometer, seja queimado, e feito por fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória, e todos seus bens sejam confiscados para a coroa de nosso Reino, posto que tenha descendentes; pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inábeis e infames, assim como os daqueles que cometem crime de Lesa Majestade”. [...] Assim como no caso de crimes de lesa-majestade, falsificação de moeda e feitiçaria, a punição à sodomia não era passível de atenuação e misericórdia, mesmo que o criminoso fosse nobre ou funcionário da Coroa – posições que geralmente outorgavam imunidade ou privilégios, em se tratando de quaisquer outros crimes (TREVISAN, 1986, p. 101 - 102).

Só foi a partir da constituição de 1830 que a sodomia deixou de ser considerada crime, pelo menos de forma expressa, já que os sodomitas passam a serem alcançados por uma nova tipificação criminal do código Imperial, o crime de “por ofensa à moral e aos bons costumes” punindo com pena de dez a quarenta dias e multa correspondente a metade do tempo. Como se percebe mesmo não estando expresso em nenhum artigo o crime de sodomia, ela continua sendo encarada pelos operadores da justiça como assunto de polícia, devendo ser tratada como tal.

Com o período republicano (1890), o tipo que tratava da ofensa à moral e aos bons costumes, muda de nome e passa a receber o nome de “crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias” ou “ultraje ao pudor”. A pena prevista aumenta para um a seis anos de prisão, em caso de violência carnal.

Em caso de simples “ato ou gesto obsceno atentatório ao pudor” praticado em público, a pena ainda assim que mais severa do que no Código Imperial: variava de uns seis meses de prisão. No Código Penal Republicano, continuava a punição (de 15 a 60 dias) para quem se travestisse, tomando “trajos impróprios de seu sexo” e os trouxesse “publicamente para enganar”. (*ibidem*, p. 104 ).

A desnaturalização da prática sexual entre pessoas do mesmo sexo mais que um pecado foi por muito tempo considerado no Brasil também um crime, tipificado no

código penal, quando deixa de ser assim considerado, acaba sendo alcançado por outros tipos evidenciando que essa prática, não só não era aceita pelos religiosos, mas também, pelos operadores da justiça. Que aplicando penas severas podiam por meio do medo aplacar a sede de luxuria desses despudorados, como eram encarados os homossexuais por essa parcela da sociedade. Mantendo dessa forma um controle social e evitando que outros pudessem ser envolvidos em tais práticas.

### **1.5 De criminosos a doentes**

Neste tópico procuraremos apresentar algumas das teorias desenvolvidas por médicos, juristas, psiquiatras e criminologistas brasileiros nas primeiras décadas do século passado sobre as origens da homossexualidade masculina e as formas de tratamento e controle daqueles que se encontravam acometidos desse mal, nem sempre os estudiosos concordavam quanto às causas, nem tão pouco sobre os mais eficazes métodos de tratamento da então patologia, no entanto todos comungavam da opinião de que o desejo sexual e/ou afetivo de machos pelos seus iguais eram tão antigos quanto a existência humana na terra. “Os homens que escreveram sobre o homoerotismo nos anos 20, 30 e começo dos 40 concordavam todos em uma premissa: a homossexualidade sempre existiu ao longo da história, em todas as classes sociais e em todas as sociedades”. (GREEN, 2000, p.217)

É importante aqui salientar que apesar de desnaturalizarem a homossexualidade entendendo-a como uma anomalia que precisava ser curada e quando não, os seus portadores deveriam ser afastados do convívio social para não contaminar outros, pois acreditavam como veremos mais a frente que a educação familiar bem como os valores morais poderiam aplacar o desejo licencioso que alguns meninos ainda na tenra infância sentiam por seus coleguinhas.

Foi a partir da década de 30 do século XIX que teve início um processo de higienização encabeçado pelo Estado, buscava-se melhorar as condições sanitárias do Brasil, com um discurso apoiado na ciência, o Estado passou a interferir no interior das casas, ditando normas que iam desde os cuidados com a saúde até as questões que envolviam comportamento.

Foi através do especialista em higiene que o Estado imiscuiu-se no interior das famílias. Com livre-trânsito nesse espaço outrora impenetrável à ciência, o médico-higienista acabou impondo sua autoridade em vários níveis. Além do corpo, também as emoções e a sexualidade dos cidadãos passaram a sofrer interferências desse especialista cujos padrões higiênicos visavam melhorar a raça e, assim, engrandecer a prática (TREVISAN, 1984, p. 105 - 106).

A idéia era limpar a sociedade não só no que diz respeito às condições sanitárias, mas também, no que se refere à moralização. Criando as condições familiares favoráveis para se ter filhos mais saudáveis, evitando assim as transgressões morais e sexuais. Os papéis masculinos e femininos estavam ligados diretamente as condições de paternidade e maternidade.

Tudo o que fugisse a esse padrão regulador seria anormal. A partir daí é que os médicos da época condenavam insistentemente os celibatários, libertinos e homossexuais, tidos como cidadãos irresponsáveis e adversários do bem-estar biológico-social, na medida em que desertavam do supremo papel de homem-pai. (*ibidem*, p.106)

Foi em meio a esse panorama normatizante que os médicos-legais buscaram conter aquilo que eles consideravam ser um crescimento alarmante do número de homossexuais, com seus trejeitos maneirosos e seu comportamento desviante, gerando uma perturbação nos conceitos normativos dos gêneros feminino e masculino, já estabelecidos; assim as relações homossexuais deixaram de fazer parte apenas de interesse dos juristas, passando a fazer parte dos estudos dos médicos legais.

Os estudos de dois pesquisadores internacionais balizaram os trabalhos desenvolvidos no Brasil sobre homossexualidade foram eles Cesare Lombroso(1836-1909) criminalista italiano e Gregório Marañoñ (1887-1960) professor de medicina da Universidade de Madri. Lombroso defendia a teoria do delinqüente nato, que tendo um sistema nervoso fragilizado estava sujeito a comportamentos degenerados incluindo a prática homossexual, buscava provar suas teorias com a utilização de técnicas antropométricas.

Já Gregório Marañoñ defendia a ideia de que os homossexuais possuíam em si características tanto masculinas quanto femininas em conseqüência de seu desequilíbrio endócrino, a esta patologia denominou de intersexualidade. Apesar de atribuir a homossexualidade a fatores endócrinos, ele defendia que as interferências exógenas podiam contribuir para um desfecho positivo no que se refere ao tratamento dos

intersexuais. “Embora a biologia desempenhasse um papel significativo na constituição de um intersexual, a moralidade, a ética e a repressão sexual poderiam se provar suficientes para vencer as deficiências fisiológicas”. (GREEN, 2000, p.200)

As ideias de Marañón foram bem aceitas por seus seguidores brasileiros como o médico Afrânio Peixoto e Leonídio Ribeiro, todos concordavam quanto aos benefícios alcançados no bom andamento da recuperação do intersexual, mediante a interferência de instituições como a igreja.

O fato de a homossexualidade ter se tornado assunto de interesse dos médicos legais brasileiros na primeira metade do século XX acabou retirando-os da condição de criminosos e enquadrando-os como doentes que precisavam ser curados, desse modo, os pederastas<sup>4</sup> não eram culpados da perversão a que estavam submetidos. Como enfatizou o especialista em medicina legal Leonídio Ribeiro:

As praticas de inversão sexual não podiam continuar a ser consideradas, ao acaso, como pecado, vício ou crime, desde que se demonstrou tratar-se, em grande número de casos de indivíduos doentes ou anormais, que não deviam ser castigados, porque careciam antes de tudo de tratamento e assistência. A medicina havia libertado os loucos das prisões. Uma vez ainda, seria ela que salvaria da humilhação esses pobres indivíduos, muitos deles vítimas de suas taras e anomalias, pelas quais não podiam ser responsáveis (RIBEIRO apud. FRY; MAcRAE, 1985, p. 62).

Uma corrente da medicina encabeçada pelo Médico Leonídio Ribeiro discípulo de Afrânio Peixoto que foi o primeiro a defender que a homossexualidade não é pecado ou um crime a ser punido, mas uma doença a ser tratada e curada, segundo a teoria endócrina, os indivíduos que se relacionavam sexualmente com pessoas do mesmo sexo, tinham uma doença hormonal, que interferia no seu comportamento, fazendo-os agir de maneira efeminada, o que o tornava um ser híbrido com comportamento tanto masculino quanto feminino, “intersexual”. Contudo, também reconhecia que essa

---

<sup>4</sup> Aquele que pratica a pederastia. O termo pederastia, deriva do grego antigo *paederastía, as* (παιδεραστία, de πᾶϊς "menino" e ἐράω "amar"), designa o relacionamento erótico entre um homem e um menino. Por extensão de sentido, o termo é modernamente utilizado para designar, além da prática sexual entre um homem e um rapaz mais jovem, também qualquer relação homossexual masculina. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org>)

condição era apenas uma predisposição à homossexualidade. Fatores exógenos, tais como religião e ética, podiam moderá-lo ou erradicá-lo.

Ribeiro aproveitando-se da condição de diretor do Departamento de identificação da Polícia Civil do Distrito Federal pôs em prática suas pesquisas, estudou 195 homossexuais detidos pela polícia carioca no ano de 1932. Para realização dos estudos, Ribeiro utilizou um sistema antropométrico de categorização de tipo de corpo. Segundo seu esquema de classificação os homens eram divididos em três grupos mais gerais - normolíneo, brevilíneo e longolíneo (conforme anexo - figura 1), o enquadramento em determinado grupo era encontrado fazendo a medição do tronco em relação aos braços e pernas dos indivíduos. Esta foi a forma encontrada por Ribeiro para identificar os homossexuais e a partir daí poder curá-los.

Além das teorias endócrinas existiam outras que defendiam ser as causas da homossexualidade implicações psicológicas.

Em 1928, por exemplo, Nunes assinalava as raízes psicológicas profundas da inversão: Desde crianças se sentem perturbados a par de outros meninos: são maneirosos, delicados e revelam em todos os seus atos atitudes e aptidões femininas. O seu interesse esta em ser agradável aos meninos, aos rapazes. Depois, sobre-vindo a idade e com ela melhor reflexão e mais ajuizado critério, eles notam o ridículo que a sua inversão representa e busca corrigir-se, se ainda lhes sobra alguma força moral. Outros, no entanto, impotentes, dominados, vencidos pela inversão, continuam a prática dos seus amores pervertidos e o fazem com tanta naturalidade como se praticassem uma ação de nobre equivalência moral (GREEN, 2000, p. 215 - 216).

É importante esclarecer que apesar de Nunes enfatizar apenas as características dos homossexuais efeminados, ele defendia a idéia de que quando adultos os indivíduos tinham duas maneiras de vivenciar a homossexualidade. Existiam aqueles que eram incapazes de conter suas paixões e acabavam por deixar aflorar seus desejos mais íntimos, e outros que os sufocavam por meio da vontade moral. Por essa razão, ainda que atribuindo a homossexualidade fatores psicológicos, também acreditava que os fatores culturais contribuía para a homossexualidade, por isso entendiam que a cura chegaria através de um controle psicológico e moral, exercido através do empenho de médicos, psicólogos e também da Igreja.



### 1.5.1. Os tratamentos

Assim como fizemos no tópico anterior expondo algumas das teorias defendidas por médicos, psiquiatras e criminologistas, neste tópico procuraremos abordar alguns dos tratamentos implementados na cura e na contenção de homossexuais.

O médico Leonídio Ribeiro propunha dois métodos: o primeiro baseado na educação e em uma criação apropriada, se esse método não surtisse o efeito esperado, ele propunha um método cirúrgico, que consistia no transplante de testículos.

Ribeiro então prosseguia sugerindo o tratamento o transplante de testículos humanos como tratamento terapêutico preferencial. E na verdade ele até chegou a aventurar a possibilidade de utilizar doadores animais. Além do mais, citando Marañón, ele enfatizou a importância de realizar essa cirurgia em crianças quando elas atingissem a puberdade, antes de as perversões se estabelecerem firmemente (GREEN, 2000, p. 215).

A sugestão de transplante de testículo proposta por Ribeiro, mesmo para a época pareceu no mínimo perigosa, já que não existia consenso quanto às origens da homossexualidade e nem tão pouco qual a melhor maneira de tratamento para “curar” os homens acometidos desse mal.

Outros pesquisadores como os criminalistas continuavam persistindo na idéia de que era preciso evitar o contato desses desviados sexuais com os membros da sociedade, este era o caso de Aldo Sinisgalli, estudante do instituto de criminologia de São Paulo, que em julho de 1938 apresentou dois estudos sobre homossexualidade no primeiro congresso paulista de psicologia, Neurologia, Psiquiatria, Endocrinologia, Identificação, Criminologia e Medicina Legal. Em um deles Sinisgalli expõe uma lista onde apresenta o grau de anormalidade dos homossexuais e a necessidade do seu confinamento como forma de tratamento.

Os homossexuais, os pederastas, não são homens normais. Como anormais precisam de tratamento adequado. A punição, reclusão em presídios, é injustiça [sic] e não traz o mínimo resultado prático. Deixe em liberdade elementos perniciosos é perigoso e prejudicial à sociedade. Logo, um instituto para pederastas se faz necessário. No instituto para pederastas estes seriam tratados, reeducados. Far-se-ia a seleção profissional, gozando os invertidos de uma relativa liberdade. Propugnamos por um dispositivo legal permitindo a internação dos pederastas perniciosos ao meio social nesse instituto. Desse modo

beneficiaremos a sociedade e os invertidos. Desse modo resolveremos, científica e humanamente, esse problema social. Desse modo- tenho a certeza- glorificaremos a nossa terra e a nossa gente! (SINISGALLI apud GREEN, 2000, 217).

Sinisgalli sugeria a construção de institutos especializados no confinamento e tratamento de homossexuais que não fossem considerados criminalmente insanos. Na falta de uma instituição apropriada, os hospitais psiquiátricos foram a solução encontrada pelos membros da classe médica brasileira para retirar dos espaços sociais os loucos e também os subversivos sexuais. Um desses espaços utilizados para a custódia dos pervertidos sexuais foi o Juquery, segundo James Green os estudos de Maria Clementina Pereira Cunha são uma importante fonte de conhecimento sobre as políticas e procedimentos dos médicos responsáveis pelo tratamento dos mentalmente doentes. Ao que parece esses espaços se utilizavam do discurso cientificista para afastar da sociedade os membros que não se encaixavam nos modelos socialmente estabelecidos.

Cunha argumenta que o asilo usava a autoridade da “ciência” e o disfarce da prometida “cura” e “assistência” para atingir um fim político. O objetivo era “legitimar a exclusão de indivíduos ou setores sociais que não se encaixassem totalmente dentro do aparato penal; permitir a guarda, e quiçá a regeneração ou disciplinarização, de indivíduos resistentes às disciplinas do trabalho, da família e da vida urbana; reforçar papéis socialmente importantes para o resguardo da ordem e da disciplina, medicando comportamentos desviantes - como as perversões sexuais ou a vadiagem - e permitindo que sua reclusão possa ser lida como um ato em favor do louco, e não contra ele. (*ibidem*, p. 221)

Veja que na impossibilidade de se encontrar uma cura para a homossexualidade os asilos acabaram sendo usados como a maneira mais viável para que as famílias pudessem esconder da sociedade os membros com comportamento sexualmente desviante. As pessoas de poder aquisitivo melhor eram as que mais se utilizavam desses espaços e das mais modernas técnicas da época utilizadas no tratamento de homossexuais.

Como já foi dito, o interesse crescente na homossexualidade por parte de membros proeminentes da profissão médico-legal nesse período não teve o mesmo impacto em diferentes segmentos da sociedade brasileira. Indivíduos de classes mais baixas e com tez mais escura eram mais vulneráveis à detenção por vadiagem e prostituição ou à acusação de atentado ao pudor do que os homossexuais de classe média (GREEN, 2000, p. 220 a 221).

O trecho supracitado acaba revelando que a visão médico-legal a princípio não alcança os homossexuais de baixa renda, estes continuaram sendo tratados como foras da lei, que deveriam ser detidos, enquanto os de classe média passaram a ser tratados em hospitais psiquiátricos na condição de doentes e como tal não eram culpados de estarem acometidos de tal moléstia.

Além do Juquery, que era público, outros hospitais privados surgiram para atender a classe média, já que este depois de certo tempo passou a atender aos doentes das classes mais populares, como os de origem africana e os mestiços. Para sanar a falta de instituição que atendesse a classe média foram contruídos alguns hospitais privados, a exemplo do Sanatório Pinel. Inaugurado na década de 30 sob a direção do Dr. Pacheco e Silva, que já havia dirigido o Juquery. No Pinel utilizou-se de técnicas importadas dos Estados Unidos e da Europa no tratamento dos confinados. “convulsoterapia” e “injeções de insulina” para curar o que acreditavam ser esquizofrenia: “A ‘convulsoterapia’ consistia em injetar o medicamento Cardiazol em um paciente em quantidades cada vez maiores para provocar ataques epiléticos. A ‘insulinoterapia’ por sua vez era destinada a causar choque hiperglicêmico levando o paciente ao coma”. ( 229 - 230).

Além das já citadas, também foi utilizada a terapia de aversão com eletro choques de baixa intensidade, no intuito de reverter o quadro patológico dos pacientes com perturbações psicológicas envolvendo a sua identidade sexual, considerados esquizofrênicos, mas também em pacientes considerados homossexuais sem nenhum traço de esquizofrenia. Segundo Green os métodos utilizados nestas instituições tinham muito mais a intenção de disciplinar que verdadeiramente curá-los.

## **1.6. A homossexualidade na visão popular**

Para os membros da Igreja os homossexuais eram provocadores da ira de Deus e execráveis pelo próprio Diabo; para os criminalistas eles eram criminosos que precisavam ser punidos pelo seu comportamento degenerado que punha em risco o bom andamento das famílias com disseminação da sua prática sexual; para os médicos eles sofriam de um problema hormonal que fazia com que se comportassem daquela maneira. Alguns ainda consideravam que os fatores exógenos como educação e a

criação podiam interferir nesse processo de desenvolvimento; tanto na cura da homossexualidade, em razão de fatores psicológicos, quanto acentuando ou fazendo regredir. Por isso mesmo alguns aconselhavam que o tratamento fosse feito em conjunto com instituições como Igreja para um direcionamento moral.

Entre os estudiosos do assunto, aqui citados, não existia um consenso quanto aos fatores que levavam alguém a tender para as práticas homossexuais. Este também não existe entre as pessoas do povo. Na visão popular as relações homoeróticas eram e continuam carregadas de muita desinformação, gerando um preconceito que na maioria das vezes se apresenta velado, em virtude de um discurso moderno de aceitação.

Se no Brasil que chamamos de popular, os rapazes são divididos entre “machos” e “bichas”, o mundo moderno opera no sentido de dividi-los em “homossexuais”, “heterossexuais” e, marginalmente, “bissexuais”, num linguajar erudito, e “entendidos”, gays, “caretas” e “giletes” na gíria corrente (FRY, 1985, p.119).

Na percepção popular todos os homossexuais são sempre figuras afeminadas a quem eles deram as seguintes alcunhas: “viados”, “frescos”, “bichas”, “baitolas”, “maricas”, “bibas”, entre outras.

É importante salientar que os homossexuais afeminados não são a maioria, o que ocorre é que eles por seu trajeito peculiar e por assumirem sua condição aparecem mais que aqueles possuem um comportamento aproximado do considerado próprio dos heterossexuais. Situação que termina por derrubar um outro mito existente entre as pessoas do povo, o de que seria homossexual apenas o passivo, “bicha” - aquele que é penetrado – enquanto o ativo, “bofe” – aquele que penetra, por desempenhar na cama o mesmo papel que desempenharia com uma mulher não seria homossexual ou pelo menos o seria em menor grau que o seu parceiro. Vale salientar que essa possível diferença já foi resolvida entre os sexólogos europeus ainda na primeira metade do século passado, como bem enfatizou Green:

Assim, para a maioria dos sexólogos europeus, um homem era considerado homossexual se houvesse feito ou desejado fazer sexo com outro homem, independente das fantasias ou práticas específicas que levasse para a cama. Características inerentes, fossem congênitas ou adquiridas, geravam um ser único, o homossexual, com uma essência única. No sexo anal, tanto o homem que penetrava quanto o que era penetrado seriam assim considerados homossexuais (GREEN, 2000, p. 238).

As teorias defendidas pelos sexólogos europeus foram adaptadas pelos médicos e estudiosos brasileiros para se aproximar da visão popular que dominava e ainda domina boa parte da população, principalmente aquela de menor poder aquisitivo e baixo grau de escolaridade.

Como mostra Ford, os médicos brasileiros e outros observadores reenquadraram as teorias européias sobre a homossexualidade em linhas que se conformassem com pressuposições populares, associando homossexualismo masculino com modos efeminados e passividade anal no sexo (GREEN, 2000, p. 238).

Por isso não é difícil entender porque os homossexuais afeminados e travestis sofrem muito mais preconceito que aqueles de comportamento heterossexual. Já que para muitos não é a relação homossexual que denigre a imagem de um homem, mas a passividade no ato sexual. Essa dicotomia “bicha” - passivo e efeminado e “bofe ativo” - hétero, continua a fazer parte do pensamento da população mais simples. No entanto, entre os intelectuais e militantes homossexuais começa a entrar em decadência por volta da década de 70 do século passado no nosso país nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo; com o surgimento do termo *entendido*.

Segundo antropólogos, o *entendido* rejeitava os termos pejorativos, ligados ao gênero, tais como viado, louca ou bicha, assim como o comportamento vistoso e afetado. Ao contrario, o *entendido* preferia um termo de definição de sua identidade que refletisse uma persona pública mais resguardada. Além disso, MacRae sugeriu que *entendido* adotava um novo comportamento sexual “igualitário”, que não imitava a díade ativo passivo, masculino feminino associada à interação tradicional, hierárquica, homem bicha (GREEN, 2000, p. 308).

Além das questões culturais também temos as pressões religiosas que continuam a fazer parte da sociedade brasileira e muito mais entre os nordestinos, segundo a revista NORDESTE na região de mesmo nome, o risco de um gay ser assassinado é 250 vezes maior do que no Sul e Sudeste.

[...] os culpados da homofobia no Brasil são as igrejas católicas e evangélicas. O sociólogo da USP e coordenador da pesquisa da Abramo, Gustavo Venturi, concorda. Para ele, a religiões e a cultura machista no Brasil favorecem a discriminação. Vale lembrar, que recentemente, o arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto, proibiu o padre e deputado federal Luiz Couto (PT) de conduzir missas e

batizados após declaração em que ele se colocou favorável ao uso da camisinha e aos direitos dos homossexuais. (DANTAS, 2009, p. 43)

Outro exemplo significativo do quanto a religião interfere na visão da homossexualidade entre a população menos informada, é um panfleto, conforme o anexo 2, distribuído durante a campanha para prefeito de Campina Grande no ano de 2008 por um grupo religioso, que pedia para os eleitores pensarem bem antes de votar em um candidato que é integrante da FRENTE PARLAMENTAR PELA CIDADANIA GLBT, e que portanto seria conseqüentemente um inimigo da família e dos valores cristãos.

Não é a toa que de todas as justificativas apresentadas pela população mais simples para que o preconceito exista e seja legitimado, é a de fundo religioso a mais invocada. Afinal, “Deus criou o homem para a mulher”. (GÊNESIS 1.27) Essa é uma frase constante quando tratamos do assunto. Até mesmo para aqueles que não se consideram preconceituosos já que não são eles que estão falando mas, está escrito na Bíblia, a palavra de Deus, inquestionável.

### **1.7. As conquistas homossexuais**

A proposta do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – 3º Decreto nº 7.037 de 21 de Dezembro de 2009 e atualizado pelo decreto nº 7.177 de 12 de Maio de 2010. Em seu texto ele traz um capítulo que trata das garantias do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero (Anexo 3). Nele estão as ações programáticas em defesa dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais – GLBT. Que estão na pauta diária dos grupos homossexuais que lutam em defesa de equiparidade de direito com os heterossexuais. Uma das propostas do PNDH é o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo, já há algum tempo essa tem sido uma das principais reivindicações dos movimentos que lutam em defesa dos direitos de homossexuais no Brasil e no mundo entre tantas outras.

Um passo importante em direção a consumação da união civil foi dado no ultimo dia 05 de Maio de 2011. O Supremo Tribunal Federal – STF aprovou por unanimidade o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Ainda não é o casamento civil, mas é um avanço importante na conquista dos direitos civis que antes

só atendiam aos casais heterossexuais. Na verdade mesmo antes do reconhecimento do STF muitos casais homossexuais já haviam firmado o contrato de união estável. Ainda assim a decisão tomada pelo STF foi importante porque acabou propiciando à classe GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transeuneros) a sensação de estar sendo amparada pela justiça, além de ter dado maior visibilidade as uniões homoafetivas.

Outra bandeira de luta dos movimentos gays pela cidadania plena para os homossexuais é a aprovação da PL – 122, que pretende criminalizar a homofobia. O que se quer com a PL – 122, segundo os que defendem a lei, é assegurar os direitos, inclusive o de ir e vir dos cidadãos e cidadãs homossexuais, sem que sejam molestados pelo simples fato de serem atraídos sexualmente e afetivamente por pessoa do mesmo sexo. Mas esta é uma discussão que não está encerrada. O debate continua, de um lado os grupos gays na linha de frente, do outro lado os religiosos, que não aceitam serem privados de defenderem as suas convicções.

Outra significativa conquista da sociedade GLBT este ano diz respeito à elaboração pelo ministério da educação de um material didático de combate a homofobia que incluía uma cartilha e vídeos, a proposta dos idealizadores era esclarecer a homossexualidade, evitando que os jovens estudantes sofressem com o preconceito fruto da ignorância e do desconhecimento. O material seria distribuído nas escolas públicas de todo o país ainda no mês de maio do corrente ano, mas teve sua distribuição abortada em razão de ter sido considerada apologética pela presidente Dilma Rousseff.

As conquistas recentes da população homossexual brasileira têm dividido a sociedade, que agora não pode mais se abster diante da situação atual. Ou se é contra ou a favor da união civil entre as pessoas do mesmo sexo. Não dá mais para ficar “em cima do muro”. O mesmo acontece com a PL-122 ou se é contra ou a favor da criminalização da homofobia. Não dá mais para se justificar dizendo que aceita as relações homoafetivas desde que elas se restrinjam ao privado. Nesse caso o privado já ganhou a dimensão pública. As relações entre pares existem e já estão legitimadas judicialmente. Como querer agora, que alguém que mantém uma relação estável pública com outra, se restrinja a fazer carinho em seu parceiro ou parceira apenas quando não estiverem sendo vistos, para não agredir a ignorância alheia. Aceitando a sociedade ou não, as relações homoafetivas existem e já não precisam mais ficar limitadas aos guetos gays.

Toda essa celeuma criada em torno das últimas conquistas homossexuais por parte de alguns grupos mais conservadores, acabou favorecendo a classe GLBT, tendo em vista que cada vez mais tem se discutido o assunto, e o debate é sempre positivo, já que ele tende ao esclarecimento, permitindo a diminuição da ignorância a respeito da homossexualidade e de sua prática.

### **1.8. As várias identidades homossexuais**

Nesse tópico vamos tentar esclarecer os diversos nomes dados aos diferentes tipos homossexuais que habitavam e habitam as grandes e pequenas cidades brasileiras. Faz-se necessário esclarecer que algumas das terminologias aqui citadas já não são mais utilizadas:

**BAGAXA** – Significa uma mulher que se prostitui. Ao juntar o artigo masculino nesse nome feminino, a expressão transmite a noção de um homem prostituto feminilizado. (GREEN, 2000, p. 82)

**BICHA** – criado nos anos 30 do século passado, o termo é utilizado para designar homens afeminados que mantêm relações sexuais com outros homens. (*ibidem*, p. 145)

**BOFE** ou **BOY** – homens que apesar de manter relações homossexuais, se diferenciam das bichas pelo comportamento masculinizado e por assumir no ato sexual o papel de ativo. Algumas vezes os bofes mantêm uma vida dupla. Assumindo para a sociedade uma vida heterossexual, enquanto as escondidas se relaciona com outros homens. (*ibidem*, p.301).

Os bofes não se consideravam homossexuais, e as bonecas estavam interessadas em homens “verdadeiros”. Nessas redes sociais, as festas íntimas organizadas por grupos de bonecas sempre incluíam homens “verdadeiros” jovens, que terminavam tendo relações sexuais com as bonecas (GREEN, 2000, p. 301).

**FACHONO** – termo utilizado na virada do século XVIII para o XX que se refere aos homens masculinos que sentem desejo em se relacionar sexualmente com homens efeminados. (*ibidem*, p.70);

**GAY E ENTENDIDO** – o termo entendido surge na década de 1960 do gay norte americano da mesma época. Tanto o entendido quanto o gay denominam pessoas que



mantenha relações sexuais e/ou afetivas com pessoas do mesmo sexo sem adotar necessariamente os trejeitos afeminados próprio das bichas. (FRY E MACRAE, 1985, p. 24);

FRESCO – do final século XVIII, o termo assume duplo sentido como sinônimo de puto e frescor (jovialidade ou amenidade no clima) é utilizado para zombar dos homens efeminados ou dos que se suspeitava manter relações anais passivas com outros homens. (*ibidem*, P. 64);

LADY, BAITOLA, MARICA, BIBA, BONECAS – são todos termos utilizados para se referir de maneira pejorativa e depreciativa aos homens que se relacionam sexualmente com outros homens;

PEDERASTAS – O termo pederasta, do grego antigo paederastia, designa o relacionamento erótico entre um homem e um menino. Por extensão de sentido, o termo é modernamente utilizado para designar, além da prática entre um homem e um rapaz mais jovem, também qualquer relação homossexual masculina.

PUTO – utilizado nas primeiras décadas do século passado, para se referir aos jovens efeminados que praticavam sexo anal passivo com outros homens, também associavam homossexualidade à prostituição. (*ibidem*, p. 63).

VIADO – segundo Green o termo “viado” surge mais ou menos na década de 1920 unindo-se aos já existentes frescos e putos para referir-se de forma depreciativa aos homens efeminados que mantenham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. (*ibidem*, p. 143).

Uma teoria afirma que a expressão se originou no Rio em 1920, quando um comissário de polícia ordenou a prisão de todos os homens homossexuais que fossem encontrados num certo parque (algumas versões apontam a Praça Tiradentes, outras a Praça da República, nas mesmas proximidades). Seu subordinado tentou executar a tarefa, mas voltou ao superior admitindo o fracasso. Explicou que, quando os policiais tentavam prender os jovens, eles corriam como veados. Diz-se que o incidente foi amplamente divulgado pela imprensa e, assim, tornou-se um mito do folclore gay (GREEN, 2000, P.143).

Atualmente o termo gay é o mais utilizado para se referir a todos os tipos homossexuais pela população com maior nível de escolaridade, daí a parada pela diversidade sexual ser também conhecida como parada GLBT, ou seja, o G representa

tanto os efeminados quanto os entendidos. No caso dos termos pejorativos como os citados aqui, a maioria ainda é utilizada para agredir moralmente homossexuais ou ainda por em dúvida a heterossexualidade de um homem.

### **1.9. Definição da sigla GLBTT**

Nesse tópico procuraremos explicar de forma simples o que significa cada letra que compõe a sigla GLBTT, dessa forma, contribuimos para o esclarecimento de diferentes facetas da sexualidade humana. Sem o reducionismo a que estão submetidos aqueles que se apresentam diferentes do padrão heterossexual e de gênero masculino e feminino.

**HOMOSSEXUAIS** – refere-se ao atributo, característica ou qualidade de um ser humano ou não, que sente atração física e/ou emocional por outro ser do mesmo sexo. Enquanto orientação sexual, a homossexualidade se refere a um padrão duradouro de experiência sexual, afetivo e romântico entre pessoas do mesmo sexo. Estão inclusos nessa definição as lésbicas e os gays.

**BISSEXUAL** – consiste na atração física, emocional e espiritual por pessoas tanto do mesmo sexo quanto do oposto, com níveis variantes de interesse por parte de cada um.

**TRANSEXUAL** – refere-se à condição do indivíduo que possui uma identidade de gênero diferente da designada no nascimento, tendo o desejo de viver e ser aceito como sendo do sexo oposto.

**TRANSGÊNERO** – referem-se à condição cuja expressão de gênero não corresponde ao papel social atribuído ao gênero designado para elas no nascimento, mais recentemente o termo também tem sido utilizado para diferenciar pessoas que estão constantemente em trânsito entre um gênero e outro.



# **Capítulo II**

## **Análise do Discurso**

## Capítulo II – Análise do Discurso

### 2.1. AD – Um breve Histórico

Foram os formalistas russos os primeiros a irem além das abordagens lógicas de encadeamentos, que vigoravam até então nos estudos lingüísticos da época. No entanto esse avanço no território do discurso foi interrompido pelos estruturalistas, que acabaram elegendo como objeto de estudo a estrutura do texto, alheios as interferências externas.

Os trabalhos de Z. S. Harris (Discourse analysis, 1952), ainda nos anos 50, marcaram o início da AD como disciplina, ele buscava uma análise que ultrapassasse a estrutura formal das frases, para tanto se utilizava de procedimentos da lingüística distribucional americana nos discursos. Além dos estudos de Harris contribuíram com AD os trabalhos de R. Jakobson e E. Benveniste sobre a enunciação.

Mesmo tendo sido Harris um dos precursores da AD seus trabalhos se mostraram limitados, já que concebia suas análises a distância de qualquer reflexão de elementos exteriores presentes nos enunciados.

Embora a obra de Harris possa ser considerada o marco inicial da análise do discurso, ela se coloca ainda como simples extensão da lingüística imanente na medida em que transfere e aplica procedimentos de análise de unidades da língua aos enunciados e situa-se fora de qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção que vão distinguir e marcar posteriormente a análise do discurso (BRANDÃO, 2004, p. 14).

Essa posição de apego a lingüística descritiva acaba por marcar a diferença entre a AD americana e as teorias advindas da Europa, que terminaram por incluir nos estudos lingüísticos o contexto sócio-histórico.

Numa direção diferente, Benveniste, ao afirmar que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos”, dá relevo ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite. Ao falar em “posição” do locutor, seu enunciado e o mundo; relação que estará no centro das reflexões da análise do discurso em que o enfoque da posição sócio-histórica dos enunciadores ocupa um lugar primordial. (*idem, ibidem*)

A AD europeia da qual trata a citação acima, tem sua origem na França, entre as décadas de 1960 e 1970, como um campo de conhecimento interdisciplinar, já que era utilizada por pesquisadores de diferentes áreas da ciência, como historiadores, lingüistas e psicólogos. Para não correr o risco de acabar se perdendo em meio às outras ciências e nem de se tornar apenas parte dos estudos da lingüística, foi preciso considerar outras dimensões como a ideológica.

Dessa forma, a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudada não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação lingüística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência socioideológica. (BRANDÃO, 2004, p.17)

A citação trata da necessidade de perceber as condições sócio-históricas intrincadas no discurso, dando a AD um caráter específico dentro dos estudos da lingüística.

A proposta intelectual em que se situa a Análise de Discurso é marcada pelo fato de que a noção de leitura é posta em suspenso. Tendo como fundamental a questão do sentido, a Análise do Discurso se constitui no espaço em que a lingüística tem a ver com a Filosofia e com as Ciências Sociais. Em outras palavras, na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história (ORLANDI, 2007, p. 25)

Nesse sentido podemos dizer que a AD de orientação francesa tem como um de seus maiores expoentes Pêcheux, ele procurou estudar a língua além de seu sentido formal, buscando identificar como cada elemento ali distribuído vai significar mediante a posição ocupada pelo sujeito do dizer e; as interferências sócio-históricas, ou seja, a escola francesa inaugura uma análise da língua onde os fatores externos são levados em consideração.

## **2.2. Ideologia e Discurso**

Entender o conceito de ideologia proposto pelos analistas de discursos é fundamental para compreender também a noção de sujeito - aquele que diz- e de discurso - objeto de estudo analista-, os três são indissociáveis. Nos escritos de Marx, a ideologia aparece com o sentido de alienação do real, ela é pensada a distância por um grupo, a elite - donos dos meios de produção-, que não participa da produção de forma direta, criando assim um mundo de significações mais condizentes com a sua forma de vivenciar o real. É justamente esse distanciamento entre a produção intelectual e a

produção material que acaba por criar uma falsa realidade, camuflando os antagonismos presentes nas sociedades de classe, impedindo que as relações desiguais próprias do capitalismo sejam percebidas por aqueles que realizam a produção material. Para Marx, a ideologia deveria ser uma representação resultante de uma observação empírica das atividades materiais dos membros das sociedades capitalistas.

Dessa forma, citando novamente Marx e Engels, a “produção de idéias, de concepção e da consciência liga-se, a princípio, diretamente e intimamente à atividade material e ao comércio material dos homens, como uma linguagem da vida real”. Conseqüentemente, “a observação empírica tem de mostrar empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação a ligação entre a estrutura social e política e a produção” (BRANDÃO, 2004, p.20).

É nas sociedades de classes que para Marx a ideologia atua. A classe dominante - aquela que detém os meios de produção- tem sua maneira de significar e pensar o mundo copiada por todos, eliminando as contradições resultantes da disputa inerente a esse modelo de sociedade, criando a ilusão de igualdade - ausência de luta de classes -, o que os mantém no papel de dominadores, enquanto que os demais devem permanecer na condição de subalternos. Por isso mesmo, ele considera a ideologia pensada à distância dos meios materiais de produção. Uma distorção da realidade.

Para Marx, portanto, a ideologia é uma montagem imaginária, um puro sonho, vazio e fútil, constituído pelos “resíduos diurnos” da única realidade plena e positiva: a da história concreta de indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente sua existência (ALTHUSSER, 1985, p.144).

É importante observar que Marx concebeu a ideologia dentro de uma perspectiva capitalista de sociedade, onde as idéias da classe dominante eram sempre hegemônicas, criando uma aparente tranqüilidade em meio a uma sociedade dividida por classes. Daí ser encarada por ele como dissociada da história, já que ela não representava a realidade concreta das relações de produção que vigoravam nesse tipo de sociedade. Sendo assim a ideologia é categorizada como pura ilusão.

Para manter e assegurar essa submissão da classe dominada entra em cena o Estado ou os Aparelhos de Estado que funcionam pela repressão, segundo Marx são os AE os principais auxiliares da classe dominante na manutenção de sua posição de dominação. No entanto, é interessante salientar que esse auxílio acontece de maneira mecânica resultado das relações sociais e econômicas das sociedades capitalistas.

[...] a “teoria” marxista-leninista do Estado toca no ponto essencial, e nem por um momento se pode pensar em rejeitar o fato de que esse é realmente o ponto essencial. O Aparelho de Estado, que define o Estado como força de execução e intervenção repressoras a serviço das classes dominante, na luta de classes conduzida pela burguesia e seus aliados contra o proletariado, é com certeza o Estado, e isso certamente define sua “função” fundamental (ALTHUSSER, 1985, p.111).

Para avançar na teoria do Estado, era preciso, segundo Althusser incluir os Aparelhos Ideológicos de Estado que apesar de andar de mãos dadas com os repressivos não deve ser confundido com eles, resultando na divisão dos AEs em dois tipos: Aparelhos Repressivos de Estado – AREs - que corresponde as instituições públicas como exército, polícia, tribunais e etc. estes agem majoritariamente de forma violenta na contenção das dispersões dos modelos sociais estabelecidos e secundariamente funcionam pela ideologia . Já os Aparelhos Ideológicos de Estado – AIEs – que são instituições quase sempre privadas correspondem às escolas, igrejas, meios de comunicação, e etc. estes funcionam predominantemente pela ideologia e secundariamente pela repressão.

Todos os Aparelhos de Estado funcionam pela repressão e pela ideologia ao mesmo tempo, com a diferença de que o Aparelho (repressivo) de Estado funciona maciça e predominantemente pela repressão, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam maciça e predominantemente pela ideologia. (*ibidem*, p. 118).

Tendo nos detido até aqui no conceito de Ideologia de Estado, vamos agora tentar entender o conceito de ideologia proposto por Louis Althusser; para quem a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência e, essa relação é necessariamente imaginária, no entanto, ainda que imaginária, ela possibilita que no seu interior encontremos os traços das reais relações materiais de existência.

Entretanto, mesmo admitindo que elas não correspondem à realidade, isto é, que constituem uma ilusão, admitimos que elas efetivamente se referem à realidade, e que só precisam ser “interpretadas” para que se descubra a realidade do mundo que está por trás dessa representação imaginária desse mundo (ideologia= ilusão/alusão). (*ibidem*, p. 126)

Para Louis Althusser, as ideias não fazem parte de um campo de atuação isolado das práticas materiais de existência, ao contrário, elas só são formuladas mediante a um aparelho ideológico material gerador. A ideologia se concretiza nas ações dos indivíduos interpelados em sujeitos.

[...] o que “os homens” “representam para si” na ideologia não são suas situações reais de existência, seu mundo real; acima de tudo, é sua relação com essas condições de existência que se representa para eles na ideologia. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica, portanto imaginária, do mundo real (ALTHUSSER, 1985, p. 127).

Como se vê Althusser discorda de Marx quanto ao conceito de ilusão atribuído por ele a ideologia. Para Althusser a ideologia representa as relações que os homens mantêm com as condições materiais de existência, portanto não pode ser considerada uma simples ilusão, já que essa representação quando analisada pode revelar a realidade prática na qual seus sujeitos estão inseridos. Mesmo por que as práticas materiais de um sujeito são concernentes as posições ideológicas a que estão vinculados.

Assim, diremos que, no que tange a um único sujeito (tal ou qual indivíduo), a existência das idéias que formam sua crença é material, pois suas idéias são seus atos materiais, inseridos em práticas materiais regidas por rituais materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as idéias desse sujeito (*ibidem*, p. 130).

Ao que parece a citação não deixa dúvidas quanto à relação das ideologias com os atos materiais dos sujeitos nelas inseridos. Afastando assim do campo da análise do discurso o conceito de ideologia proposto por Marx, já discutido nas linhas acima. É nas práticas materiais que os sujeitos expressam o sistema ideológico no qual está inserido. Todo o agir é determinado ideologicamente, ainda que não percebamos. Quando rezamos, ao levantar cedo para irmos trabalhar ou para a escola, essa e outras atitudes diárias estão determinadas pela ideologia.

Dessa forma Althusser se desprende da ideologia baseada na crítica ao modo de produção capitalista, entendendo ideologia como um processo de interpretação involuntária do real, encontrado em todas as sociedades. Nesse sentido a ideologia está presente desde sempre, por isso vai além e sugere, que após nos determos nos estudos das ideologias particulares para entendermos o que quis dizer, quando concebeu o conceito do que chamou de Ideologia em geral. Para ele a Ideologia em geral não tem história, mas não no sentido marxista, em que é entendida como uma simples ilusão, já que esta não corresponde às relações materiais de produção. Ela é a-histórica, pois existe desde sempre, em todas as sociedades.



Se eterna não significa transcendente a toda história (temporal), mas onipresente, trans-histórico, e, portanto imutável em sua forma em toda a extensão da história, adotarei a expressão de Freud palavra por palavra e escreverei: a ideologia é eterna, exatamente como o inconsciente. (ALTHUSSER, 1985, p. 125).

A existência da ideologia é condição *sine qua non* para a existência do sujeito, no entanto, é na prática material do sujeito que a ideologia se manifesta. Por isso, Althusser afirma que a ideologia não existe, exceto pelo sujeito e para os sujeitos. E diz mais:

Dizemos que a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda ideologia tem a função (que a define) de “constituir” indivíduos concretos como sujeitos. É nesse jogo de dupla constituição que toda ideologia funciona, não sendo a ideologia mais do que seu funcionamento nas formas materiais de existência desse funcionamento (*ibidem*, p.132).

Tendo tomado consciência da interdependência entre ideologia e sujeito, é preciso entender que estas ações não são pensadas, ou seja, nós não agimos esperando estar de acordo com a formação ideológica a que estamos filiados. Um sujeito religioso não pensa em sua filiação ideológica antes de ajoelhar e rezar, ele simplesmente faz. E, o seu fazer bem como o seu dizer, apesar de determinado pela formação ideológica, não é percebido pelo sujeito em razão de uma das características da ideologia, que é justamente nos fazer acreditar que nossas ações/dizer estão livres de qualquer interferência, já que agimos porque acreditamos no que fazemos. Daí a sensação de liberdade sentida pelo sujeito.

O apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito “como causa de si”, tem como conseqüência a nosso ver, a série do que se poderia chamar as fantasias metafísicas, que tocam, todas, na questão da causa: por exemplo, a fantasia da duas mãos que, tendo cada uma um lápis, se desenham uma à outra sobre a mesma folha de papel e, também, a do salto perpétuo no qual, de um impulso prodigioso, se salto antes de se ter tocado o solo; poderíamos continuar. Vamos nos deter, propondo atribuir a esse efeito fantástico – pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito – o nome “efeito Munchhausen”, em memória do imortal barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos. (PECHEUX, 1995, p.157).

Lembrando que o termo “indivíduo”, utilizado por Althusser em seus escritos, para indicar uma condição anterior a de sujeito, foi assim utilizado para uma melhor compreensão do processo de interpelação do sujeito pela Ideologia. Já que na verdade o “indivíduo” não existe. Somos o tempo todo sujeitos, afinal, como foi dito

anteriormente, a ideologia é eterna, ela existe desde sempre. É essa condição de sermos a todo o momento recrutados pela ideologia, nos tornando sujeitos ideológicos que acaba por nos afastar do entendimento de que nossas ações das mais simples as mais complexas, estão inscritas em uma determinada formação ideológica, sem que nós a percebamos disso.

[...] a ideologia sempre já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que equivale a deixar claro que os indivíduos são sempre já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que nos leva, necessariamente, a uma última proposição: os indivíduos são sempre já sujeitos. Daí os indivíduos serem “abstratos” em relação aos sujeitos que eles sempre já são (PECHEUX, 1995, p. 134).

É nesse processo de interpelação, do qual ninguém está livre, que a própria ideologia trabalha no sentido de transformar as ações produzidas pelos sujeitos em algo natural, apagando dessa forma as interferências provocadas por ela mesma nas ações e idéias que construímos das coisas a nossa volta. Fazendo-nos acreditar que estamos livres de qualquer determinação ideológica, que agimos dessa ou daquela forma por que assim acreditamos que deva ser. Mas não é só nas ações que a ideologia se materializa, ela também funciona através da língua, enquanto discurso. Ou seja, nesse sentido o discurso é antes de tudo o lugar onde podemos perceber funcionamento da ideologia, e os elementos que são ofertados por ela, sendo estes elementos apropriados pelo sujeito, de modo que eles acabam sendo camuflados pela condição de assujeitamento a que todos estamos submetidos. Fazendo crer que o nosso discurso é origem ou causa de si, como afirmou Pêcheux.

### **2.3. Discurso**

Nesse tópico procuraremos fazer a distinção entre o uso da língua com sua estrutura básica - fonologia, morfologia e sintaxe- e o discurso. Começaremos por dizer que a forma como a língua é utilizada, no cumprimento das regras gramaticais, é a mesma para qualquer sujeito, seja ele um padre ou um médico, diferente nesse caso é como estes termos irão significar nas diferentes formações ideológicas em que estão inscritos cada um deles.

[...] o sistema de língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso (*ibidem*, p. 91).

Veja que como esclarece o fragmento supracitado, a Análise do Discurso não se afasta da língua, ao contrário, ela é objeto de seu estudo, o que ocorre é que, enquanto a lingüística se preocupa muito mais com a parte formal, a AD vai se debruçar sobre a significação.

Tomaremos como ponto de partida o exemplo das sociedades de classe, veremos que a língua é a mesma para todos e a sua utilização democrática. No entanto, a maneira como cada classe se apropria dela é que é diferente. Ou seja, a construção gramatical pode até ser a mesma, mas o sentido que as palavras irão receber vai depender do lugar que o sujeito ocupa dentro do contexto sócio-histórico, ideológico no qual está envolvido.

O Fato de que a língua, escreve E. Balibar, seja indiferente à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam indiferentes à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política (PECHEUX, 1995, p.92).

Se as classes não são indiferentes a linguagem, assim como nenhum outro grupo social também não o é, então com base no que disse Orlandi a linguagem é um lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudado fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são históricos-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. Sendo assim o discurso é o componente material desse confronto ideológico, é nele que se delimitam as posições tomadas pelos sujeitos dentro e frente a determinadas formações ideológicas.

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento: a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. Ela é o “sistema-suporte das representações ideológicas [...] é o ‘médium’ social em que se articulam e defrontam agentes coletivos e se consubstanciam relações interindividuais. (BRAGA; apud BRANDÃO, 2004 p. 11).

Se o tempo todo assumimos a condição de sujeitos, ainda que nem sempre nos dando conta disso e, sendo o sujeito resultado da interpelação da ideologia e, ainda sendo a linguagem desde sempre uma representação ideológica, fica claro que todo e qualquer dizer é sempre já um discurso, com todas as possibilidades que lhe são inerentes, tendo em vista que o tempo todo, as palavras estão assumindo sentidos

diversos a depender da posição ideológica, por isso mesmo, na citação acima ela é tida como não inocente.

#### **2.4. Outras Vozes - interdiscurso**

Todas as vezes em que nos pronunciamos em relação a algum assunto acreditamos estar sendo os primeiros a falar daquela forma, usando aquelas palavras, ou seja, que o nosso discurso é origem, inaugurado naquele instante em que falamos e como se aquela fosse a única maneira de dizer o que se está dizendo, como se os elementos ali usados nunca tivessem sido utilizados, é como se as palavras falassem sozinhas e seus sentidos fossem o mesmo independente de quem esta fazendo uso delas, essa crença na literalidade é criticada pelos que trabalham com o método da AD. Por entenderem que as palavras têm sua significação alterada dependendo da formação discursiva a qual o sujeito que as utiliza está filiado.

Assim como as ações estão determinadas pela ideologia os dizeres também são determinados pela formação discursiva e esta por sua vez está determinada pela formação ideológica. É a formação discursiva que segundo Pêcheux vai determinar o que pode ou não ser dito. No entanto essa determinação não é percebida pelo sujeito, daí a crença no sujeito autônomo.

Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpretação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito). (PECHEUX, 1995, p. 163).

No intuito de explicar as variações de sentido das palavras acabamos adentrando no processo de funcionamento da FD. No entanto esse será discutido em um tópico mais a frente, nos ocuparemos agora do funcionamento do interdiscurso.

Ao se posicionar, dizendo o que pensa sobre um determinado assunto, o sujeito acredita que o seu dizer é livre e inaugural, na verdade seu dizer é sempre uma retomada, já que todo dizer está permeado por outros dizeres. É o que Pêcheux vai denominar de interdiscurso ou pré-construído, é a memória discursiva, que é acionada o tempo todo pelo sujeito na formulação de um novo dizer. O interdiscurso são outros

dizeres que povoam o intradiscorso sendo por esse dissimulado a medida que vai se construindo o fio discursivo,

Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscorso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988, p. 162)

Diante da importância do entendimento do interdiscorso para a compreensão da AD, vamos nos deter um pouco mais na explicação do seu conceito. Começaremos por dizer que a condição de sujeito sócio- histórico permite a construção de uma memória histórica, que é acionada inconscientemente no momento da organização de um novo discurso. O que o sujeito faz quando pensa está elaborando, originando dizeres, é na verdade, o encadeamento de dizeres de outros. Que são acionados sempre que precisamos. Estes dizeres também chamados de pré-construídos, estão guardados no inconsciente sem que saibamos sob a forma de universalidade.

[...] o pré-construído, tal como o redefinimos, remete simultaneamente “àquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos de pensamento do “sujeito universal” suporte da identificação e aquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do “contexto situacional” (PÊCHEUX, 1988, p. 171)

Para entendermos melhor o que é o interdiscorso e como ele funciona, vamos fazer uso do exemplo dado por Eni Orlandi sobre o caso do processo eleitoral em um campus universitário, no momento foi produzida uma faixa preta, onde estava escrito com letras grandes na cor branca “vote sem medo”. Mais abaixo em letras menores um texto que falava do sigilo do voto. Em seguida os nomes das entidades responsáveis por aquele dizer.

A faixa negra traz em si uma memória. Se a observarmos do ponto de vista da cromatografia política, o negro tem sido a cor do fascismo, dos conservadores, a “direita” em sua expressão política. Por outro lado, as palavras “sem medo”, que parecem apoiar o eleitor em sua posição, trazem dois efeitos a elas apenas: 1. Lançam a suspeita sobre algum dos candidatos (que estaria ameaçando os que não votassem nele...) e 2. Falam em “medo”, sugerindo um perigo, uma ameaça. Outro efeito de sentido que também aí funciona, mas de modo mais indireto, é o de que, se essas entidades assinam algo que produz os dois efeitos acima, significa que elas estão

tomando posição contra algum dos efeitos acima, significa que elas estão tomando posição contra algum dos candidatos que elas fazem supor que ameaçaria os eleitores. O que resumimos dizendo que a faixa negra mobiliza os sentidos do medo. Argumenta contra, no entanto faz presente a questão do medo (ORLANDI, 2007).

Observe que a faixa quando analisada remete a outros discursos –interdiscurso – em razão do contexto sócio-histórico em que estão envolvidos os sujeitos produtores da mesma. Tanto a utilização da cor negra em referência a direita fascista e as palavras brancas “sem medo” que levantam a suspeita de ameaças de algum dos candidatos, revelam a presença do pré-construído fazendo sentido no discurso dos professores e funcionários da Universidade.

Como já falamos antes, este pré-construído não é percebido pelo sujeito em consequência da dissimulação própria da ideologia. Que acaba fornecendo para o sujeito a falsa idéia do sujeito autônomo. Na verdade sua autonomia diz respeito ao modo como consegue fazer o encadeamento entre os interdiscursos e as articulações entre estes e o que se está dizendo, para que no final o seu dizer faça sentido dentro do contexto sócio-histórico do qual faz parte, é o que conhecemos como intradiscurso.

## **2.5. Intradiscurso**

O intradiscurso é o fio discursivo que se desenrola no momento em que o sujeito do discurso organiza um novo dizer a partir de uma posição ideológica dada. É nesse processo de elaboração do discurso, em que, como já dissemos, o sujeito trás a tona os dizeres pré-existentes, formulando um novo dizer. Significando as palavras a partir de uma determinada formação discursiva.

[...]intradiscurso, isto é, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois: portanto, o conjunto dos fenômenos de “co-referencia” que garantem aquilo que se pode chamar o fio discursivo”, enquanto discurso do sujeito). (PECHEUX, 1995, p.166).

Assim podemos dizer que o intradiscurso se realiza a partir do encontro, interação ou oposição do interdiscurso (memória) entre si e com os dizeres presentes na produção de um dizer novo. No entanto essa memória discursiva que é acionada no processo de construção do intradiscurso, acaba sendo disfarçada pelo que Pêcheux chamou de forma-sujeito,

[...] diremos que a forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula no interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro “já-dito” do intra-discurso, no qual ele se articula por “co-referência”. (PECHEUX, 1995, p 167).

A forma-sujeito pode ser entendida como a identificação que o sujeito mantém com a formação discursiva a que está assujeitado e consigo mesmo, levando-os a acreditar que o seu dizer está livre de interferências exteriores, portanto, o que diz se desenrola num processo de retorno, onde a memória discursiva se limita ao já dito por ele mesmo.

## **2.6. Formação Discursiva**

Já falamos anteriormente sobre o caráter polissêmico das palavras, que dependendo da posição ideológica que o sujeito do discurso assume nas relações sócio-históricas em que está envolvido ganha diferentes sentidos. Portanto as palavras não fazem sentido sozinhas, elas significam quando determinadas pela formação discursiva a que estão filiadas. Uma mesma palavra ou expressão pode assumir significados diferentes e até contrários, em diferentes formações discursivas.

Para explicar melhor como isto acontece, daremos o exemplo de duas situações distintas em que uma mesma palavra aparece com sentidos opostos:

**EXEMPLO 1:** Os sem terras invadiram uma fazenda hoje pela manhã na zona rural de Campina Grande, são quase 50 famílias que já começaram a montar seus acampamentos...

**EXEMPLO 2:** Neste primeiro dia de carnaval os foliões invadiram as ruas do Recife velho, são milhares de pessoas que se negam a deixar até que chegue a quarta-feira de cinzas.

Observe que a mesma palavra “invadiram” aparece tanto no primeiro quanto no segundo texto, no entanto, com sentidos distintos. Se no primeiro ele assume um sentido negativo, o de se adentrar em propriedade particular e dela fazer uso sem autorização do dono para isso; no segundo ele assume sentido positivo. O de que as ruas foram tomadas pela alegria dos foliões. Os exemplos acima esclarecem a ausência de sentido literal das palavras e como elas significam a partir da formação discursiva a que pertencem. No caso, os enunciados citados, fazem parte de um mesmo discurso jornalístico, mas que apesar disso o mesmo termo “invadiram” utilizado nos dois enunciados acabam provocando diferentes Efeitos de sentido.

Já falamos aqui que a ideologia se materializa nas ações do sujeito, e também que ela se materializa na língua, no campo do dizer, daí o fato de que a formação discursiva é a expressão da formação ideológica a que está associada.

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PECHEUX, 1995, p. 160).

As palavras significam dependendo da formação discursiva da qual fazem parte. É a formação discursiva que acaba fazendo a seleção das palavras que podem ser empregadas na produção de um dizer novo. Ainda assim não podemos entender a formação discursiva como lugar apenas de semelhantes, ao contrário ela na verdade é o tempo todo atravessada por uma interdiscursividade que a torna heterogênea.

Ao invés de constituir um bloco compacto que se contraporía a outros discursos, a FD é perpassada por uma interdiscursividade que a torna heterogênea por excelência, até porque carrega uma memória discursiva cujas formulações repercutem, recusam e transformam outras tantas formulações. (MAINGUENEAU; COSTA, 2008, p. 66 - 67).

Mesmo sendo função da FD selecionar os elementos que melhor se adequam aquilo que está querendo dizer, esta característica não impede que outros elementos de outras FD possam se encontrar e se atravessarem fazendo sentido no novo dizer. Por isso é que as formações discursivas não são homogêneas, ao contrário elas estão povoadas por interdiscursos de diferentes FD podendo ser acionada na forma do que Pêcheux vai chamar de conteúdos de pensamento do “sujeito universal” ou pré-construído.



## **2.7. Condição de Produção do Discurso**

Entendemos que o discurso é a materialização da ideologia, ele funciona como expressão das realidades sócio-históricas e ideológicas. É sobre a incidência dessas marcas deixadas no discurso (interdiscurso) que os analistas irão fazer suas pesquisas, dessa forma podemos compreender as condições de produção do discurso como a conjuntura sócio-histórica, ideológica em que o discurso é formulado.

As condições de produção estão divididas em duas instâncias, a situação imediata, que nada mais é, que a circunstância em que o dizer está sendo produzido, ou seja, é o contexto em que o discurso é formulado. Num sentido mais amplo consideramos o contexto histórico-social. Sendo este mais profundo, no sentido que representa essa relação do que está dizendo agora com a história, sem a qual a análise de discurso ficaria incompleta, também não podemos esquecer a memória, percebe-se que essa funciona nessa ligação entre o que está dizendo agora, o discurso imediato e a memória histórica, detectada através da presença do interdiscurso.

Para explicar melhor o que são as condições de produção do discurso vamos nos valer mais uma vez do exemplo do caso das eleições num campus universitário, em que foi utilizada uma faixa negra com os dizeres “vote sem medo”.

[...] o contexto imediato é o campus onde a faixa foi colocada, ou sujeitos que “assinam” (entidades de funcionários e docentes), o momento das eleições e o fato do texto ter sido escrito em uma faixa e não em outro suporte material qualquer. O contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas instituições, entre elas a Universidade, no modo como elege representantes, como organiza o poder, distribuindo posições de mando e obediência. E, finalmente, entra a história, a produção de acontecimentos que significam na maneira como cores como o negro está relacionado ao fascismo, à esquerda, segundo um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas. (ORLANDI, 2007, p. 31)

As condições de produção funcionam a partir dessa movimentação entre o contexto imediato e o contexto histórico, que se encontram e passam a significar mediante a formulação de um novo discurso, como no caso do exemplo acima.

## **2.8. A Imparcialidade em questão**

As discussões a respeito da imparcialidade da notícia, apesar de muito antiga, ainda suscita debates no meio acadêmico em razão do jornalismo ter sua credibilidade

atrelada a objetividade com que os fatos são apresentados ao público. A notícia, apresentada como sendo uma cópia fiel da realidade, livre de subjetividade que possa vir a comprometer a verdade dos fatos, vem sendo utilizada há anos, como parâmetro de distinção entre o bom e o mau jornalismo.

Na verdade a realidade não foi e nunca será capturada, nem em parte, nem em sua totalidade, tendo em vista que tudo que conseguimos apresentar do real é sempre uma representação.

Mas esta é apenas uma face da não imparcialidade do jornalismo, a outra se refere ao fato de que o dizer jornalístico, assim como todos os outros são passíveis da interferência do processo histórico-social a que o sujeito jornalista foi submetido durante toda a vida. Sendo assim fica claro que, como os demais sujeitos o seu dizer é o tempo todo atravessado por outros dizeres - interdiscurso – resultado das influências das instituições como: escola, religião, família e etc. Sendo estas interferências exteriores dissimuladas pelo processo de interpelação do sujeito.

Sem esquecermos que a condição de jornalista acaba por determinar aquilo que ele pode ou não dizer dentro da formação discursiva a que o seu dizer está submetido. Nesse sentido a notícia enquanto discurso está permeada de outros discursos e, portanto, repletas de alteridades. É preciso esclarecer que o texto jornalístico também atende aos interesses do mercado. Ou seja, essa dependência, que além de econômica também é ideológica acaba influenciando na construção de sentido das palavras mediante uma formação discursiva a ela concernente.

## **2.9. O Papel da Notícia na Construção das Realidades**

A notícia tem um papel importante na “construção das realidades sócio-cultural” – representação -, já que elegendo um determinado fragmento do fato, ela acaba por sedimentar determinadas representações ou desconstruí-las, e assim, construir uma nova. “As notícias representam determinados aspectos da realidade quotidiana, pela sua simples existência, mas também contribuem socialmente para novas realidades e novos referentes”. (DALTOÉ,2005, p.08).

É importante salientar que os meios de comunicação também funcionam como aparelhos ideológicos, produzindo sentido universal das coisas.

Ainda segundo Andreise Daltoé, a notícia termina por ser o meio de conhecimento entre o público das mais variadas mídias e o mundo que o cerca. “Para a maioria das pessoas, os jornais a TV, o rádio e os portais de notícias compõem o quadro de informações que elas recebem do mundo”. (DALTOÉ, 2005, p. 02).

Vendo por essa perspectiva o jornalismo tem sua responsabilidade acrescida na forma como conduz a informação, já que dependendo de como as palavras produzem efeito de sentidos em seus textos, podem favorecer ou prejudicar determinados segmentos da sociedade. Além da memória discursiva que é acionada na forma de interdiscurso. E são estes efeitos de sentidos que as palavras produzem dentro de uma formação discursiva, quem determina “o que pode e deve ser dito” e os dizeres já pré-existentes (independentes) retomados no dizer jornalístico, que vamos buscar identificar nas matérias que tratam de homossexualidade nos jornais locais.

## **2.10. A Homossexualidade na mira da mídia**

Somente nas últimas décadas do século passado é que apareceram os primeiros periódicos destinados ao público homossexual distribuídos nacionalmente. Em 1978 foi lançado o “Lampião da Esquina”, depois vieram, “Nós por exemplo”, “ENT&” e a revista “Sui Generis”. Hoje a quantidade de revistas e outras mídias especializadas em assuntos de interesse homossexual é muito grande e diversificada, esse número é acrescido quando consideramos as revistas virtuais, blogs e sites, todas essas possibilidades acabaram democratizando a produção e divulgação de informações relevantes aos homossexuais.

Mas não foi só a mídia especializada que cresceu, o interesse pelo tema homossexualidade também, o que acabou por tornar este um assunto recorrente nas páginas das principais revistas do país a exemplo da Veja, Isto É e Época sem falar nas de alcance regional como a Nordeste. Além das revistas, não podemos esquecer das

tele-novelas que vem pondo em discussão questões como homofobia<sup>5</sup> - aversão aos homossexuais- dificuldade de auto-aceitação da condição homossexual, conflitos familiares em razão da descoberta de membros homossexuais, podemos citar algumas do ano de 2000 até 2011, são elas: Mulheres Apaixonadas – 2003, América – 2005, Duas Caras – 2007, Paraíso Tropical – 2007, Tititi – 2010, Insensato Coração – 2011, Amor e Revolução – 2011. É bem verdade que o tema também é tratado muitas vezes de forma caricata, desagradando aos membros dos movimentos gays organizados. Seja favorecendo ou prejudicando, os personagens homossexuais estão presentes em boa parte das novelas brasileiras com seus diferentes tipos.

Com a possível aprovação do PL – 122 as discussões sobre homossexualidade se intensificaram ainda mais nos meios de comunicação. Já que em seu texto além de outros direitos que favorecem a população homossexual brasileira traz um artigo que defende a criminalização da homofobia nos seus variados graus, que vai desde constranger um casal gay por estar demonstrando gestos afetuosos em público, até a violência física. Outro fato significativo que repercutiu em toda mídia nacional foi o reconhecimento do contrato civil entre pessoas do mesmo sexo por parte do Superior Tribunal Federal – STF. Possibilitando aos casais homossexuais requererem direitos que antes só faziam parte dos relacionamentos heterossexuais, dentre eles, direito de pensão em caso de morte do parceiro (a), divisão dos bens em caso de separação, direito a herança, inclusão do parceiro (a) no plano de saúde como dependente etc. No total são 150 direitos que eram negados aos homossexuais e que agora podem ser acessados por eles. Também não podemos esquecer os casos de agressão a homossexuais cada vez mais divulgados pelos diversos meios de comunicação.

As últimas conquistas homossexuais têm dividido a população, entre aqueles que apóiam e a aqueles que são terminantemente contrários a aprovação da PL – 122. Os representantes dos grupos contrários são as Igrejas cristãs sejam elas Evangélicas ou

---

<sup>5</sup> homo, (pseudoprefixo de homossexual) fobia do “medo”, aversão irreprimível” é uma série de atitudes e sentimentos negativos em relação a lésbicas, gays, bissexuais e, em alguns casos, contra transgêneros e pessoas interssexuais.

Católicas. Tantos grupos gays, quanto às igrejas tem realizado mobilizações por todo o país. Essas mobilizações acabam evidenciando ainda mais a prática homossexual.

Tanto as conquistas quanto os atos de intolerância praticado contra os homossexuais tem direcionado os holofotes de todos os veículos de comunicação para os assuntos que envolvam a homossexualidade, obrigando a mídia a abrir o debate, dessa forma os homossexuais não estão mais limitados às páginas policiais já que a situação atual tem oferecido outras pautas a serem trabalhadas, muito mais relevantes para o esclarecimento das questões que envolvem a sexualidade humana nas mais variadas formas entre elas a homossexualidade.

### **2.11. A Homossexualidade nos Jornais Locais**

Como já foi discutido no tópico anterior, a homossexualidade tem se tornado um assunto recorrente nas mais diferente mídias de todo o país. Foi diante dessa constatação que resolvemos buscar entender como os jornais locais, no caso o Diário da Borborema e Jornal da Paraíba tratam em suas páginas os homossexuais. Ou seja, em que condições eles são retratados nesses periódicos.

Foi para responder a este questionamento, que nos detivemos na análise de duas diferentes matérias, que aparentemente não mantêm nenhuma relação, mas que no decorrer dos estudos acabaram apresentando os homossexuais de uma mesma maneira, ainda que por razões diferentes.

Para compreendermos como a homossexualidade é apresentada nos dois jornais fizemos uso da Análise do Discurso de origem francesa, por entender que todo o dizer é atravessado por outros discursos, que revelam os diferentes significados, provocados pelos deslizamentos de sentido. Fazendo com que no estudo do dito o não dito venha à tona.

### **2.12. - A Homossexualidade nas Páginas Policiais: De Réu a Vítima**

Por muito tempo a prática homossexual foi considerada crime no Brasil, e mesmo depois de ter deixado de fazer parte do código penal brasileiro, ainda assim, os seus praticantes continuaram a ser perseguidos pelos mais conservadores que considerava-os

desagregadores sociais, chegando muitas vezes a serem presos, dessa forma na maioria das vezes os homossexuais estavam limitados as páginas policiais.

É bem verdade que houve muitos avanços nos direitos homossexuais, como os já citados em tópicos anteriores. Contudo estes ainda continuam a freqüentar as páginas policiais, a diferença é que agora eles aparecem muito mais como vítima de homofobia, do que como criminosos.

Os dois periódicos analisados tratam justamente de crimes relacionados a prática homossexual. É preciso esclarecer que as matérias não foram escolhidas por acaso, apesar de a primeira ter sido publicada no dia 5 de Novembro de 2008, no Diário da Borborema, e as outras no dia 26 de julho de 2009, publicadas no Jornal da Paraíba, ou seja, quase um ano depois. Na verdade a seleção do Corpus se justifica pela forma semelhante como é apresentada a homossexualidade pelos dois jornais. O que nos faz inferir que exista uma mesma visão da homossexualidade entre os jornais locais.



## **Capítulo III**

**Aspectos Metodológicos e**

**Análise do Corpus**

## Capítulo III – Aspectos Metodológicos e Análise do Corpus

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se como referencial teórico-metodológico a Análise do Discurso Francesa, onde se destacaram teóricos como Michel Pêcheux (1998), Louis Althusser (1985), bem como autores mais contemporâneos, a exemplo de Eni Orlandi (2001) e Helena Brandão(2004). Sendo assim fizemos uso de alguns dos conceitos trabalhados pelos analistas citados; é o caso da ideologia, discurso, interdiscurso, intradiscurso, formação ideológica, formação discursiva, condição de produção do discurso. Este foi o aporte teórico que nos balizou durante todo o processo de análise do corpus discursivo, mas nem todos foram utilizados

O trabalho em questão é uma análise do discurso de jornais de Campina Grande sobre a homossexualidade. Nos detivemos nas quatro matérias que tratavam direta ou indiretamente do tema homossexual em jornais locais como Diário da Borborema do 05 de novembro de 2008: **Vigilante é condenado a 14 anos de reclusão** e as matérias: **Mais de 90 homossexuais foram mortos em 10 anos; Paraíba tem 450 travestis na prostituição; A vida de quem vende o corpo nas ruas de JP** do dia 26 de julho de 2009 do Jornal da Paraíba (ver anexo). Optamos por estes dois jornais por serem empresas de origem campinense.

No que se refere ao procedimento de análise do corpus, realizamos a divisão das matérias em fragmentos, que chamamos de enunciados. Cada recorte será identificado pela sigla “E” seguida do número correspondente em ordem crescente “E1”. Além disso, para destacar os termos que produzem efeitos de sentidos, estes virão em negrito. Exemplo: “A **alegação** da defesa era que o acusado pelo crime estava **tentando** se defender do professor, e que a faca usada para cometer o ato, era da **vítima**”. Tais recursos foram utilizados para facilitar o entendimento dos leitores.

### 3.1. Análise do Corpus

#### 3.1.2. Profissional é assassinado

A primeira matéria analisada é do Diário da Borborema do dia 05 de Novembro de 2008 e tem como título: VIGILANTE É CONDENADO A 14 ANOS DE RECLUSÃO.



A referida notícia trata da condenação do vigilante e ambulante Felipe Macedo da Silva; acusado de matar o professor e engenheiro José Alberto Pontes e abandonar o seu corpo em uma construção no bairro Do Monte Castelo (esclarecendo que o jornal errou quando disse que a construção ficava no bairro do Santo Antônio, na verdade o professor é que morava neste bairro). Segundo o jornal o acusado esperava pelo julgamento há quase um ano na Casa de Detenção do Monte Santo. Os motivos do da morte do professor não são tratados na matéria, a única versão apresentada é a do vigilante, já que não houve testemunha ocular. Ver ANEXO.

E1 - O caso do assassinato do professor e engenheiro elétrico, José Alberto Pontes, chegou ao final ontem, em um julgamento que durou todo o dia. O réu Felipe Macedo da Silva foi acusado de assassinar o professor no bairro do Santo Antônio, no dia 13 de outubro de 2007.

No E1 percebemos que o discurso jornalístico aciona o discurso jurídico com utilização das palavras **juízo; réu; acusado** para dizer que a justiça se mostrou eficaz, quando levou a julgamento o acusado de ter matado o professor. Ao iniciar o parágrafo com a seguinte frase **O caso do assassinato...**, quando poderia ter dito, **O caso da morte**, o jornal já tem por certa a culpabilidade do vigilante. Pois o emprego da palavra **assassinato** no discurso jurídico indica que a morte do professor não foi casual. A ênfase dada às profissões do morto: **O caso do assassinato do professor e engenheiro elétrico, José Alberto Pontes**, revela uma necessidade do jornal em demonstrar a importância do professor na sociedade campinense.

E2 – Ontem, ele foi condenado a 14 anos de reclusão pelo tribunal do júri, pelos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver. Felipe, que já estava há mais de um ano aguardando pelo julgamento na Casa de Detenção do Monte Santo, retornou ao local para o cumprimento da pena.

No caso do E2 o discurso jornalístico aciona o discurso jurídico através das palavras **reclusão, tribunal do júri, homicídios e ocultação de cadáver** para a avaliar o reconhecimento do direito do morto. Além do que, ao declarar que o vigilante foi condenado pelo tribunal do júri, composto por representantes do povo, há um deslizamento de sentido para a resposta social ao caso do professor. Quando o jornal afirma que: **Felipe, que já estava há mais de um ano aguardando pelo julgamento na Casa de Detenção do Monte Santo, retornou ao local para o cumprimento da pena**. O efeito de sentido provocado pelo enunciado destacado é o de que assim como o

povo a justiça se mostrou eficaz desde o início, já que o acusado de matar o professor se encontrava preso, esperando pelo julgamento.

E3 – O caso, que repercutiu em todo o Estado, acabou com a condenação do acusado por assassinar um dos principais componentes do Partido dos Trabalhadores (PT), em Campina Grande.

No E3 o jornal mais uma vez destaca a posição privilegiada do morto, “**um dos principais componentes do Partido dos Trabalhadores**”, mobilizando efeito de sentido em que o professor era uma pessoa que além de estar inserida na sociedade em duas classes de trabalhadores, também fazia parte de um importante grupo social, nesse caso o PT um partido político de muita expressão na cidade e que por isso mesmo a sua morte repercutiu em todo o Estado. Dessa maneira o discurso jornalístico vem a todo o momento sublinhando as práticas profissionais e intelectuais de Alberto Pontes.

E4 – O corpo de José Alberto Pontes foi encontrado um dia após o seu assassinato, em uma construção no bairro do Santo Antônio. O fato aconteceu na noite do dia 13 de outubro do ano passado, quando o vendedor ambulante e vigilante, Felipe Macedo da Silva golpeou a vítima com um pedaço de madeira e o esfaqueou no peito.

Quando o jornal afirma que o corpo foi **encontrado** em uma **construção**, nos remete a um lugar ainda não habitado, há nas duas palavras em destaque um deslizamento de sentido que promove a idéia de abandono do corpo e um processo de humanização do morto, causando uma sensação de pena pela situação, seu corpo foi supostamente abandonado.

Ao citar as profissões do acusado, **vendedor ambulante** e **vigilante** o jornal promove uma situação comparativa entre as atividades desempenhadas pelo morto e as desempenhadas pelo acusado. Nesse caso o pouco conhecimento letrado e ilegalidade da atividade ambulante descredibilizam a sua fala. Ainda no trecho: **Felipe Macedo da Silva golpeou a vítima com um pedaço de madeira e o esfaqueou no peito**. Produz uma idéia de assassinato, o termo **golpeou** demonstra a maneira como foi cometido o ato, sem chance de defesa e sem esperar o professor foi golpeado.

E5 – De acordo com informações da Polícia Militar, que estava fazendo a segurança do julgamento, o acusado estava aguardando o processo na casa de Detenção do Monte Santo, desde o dia 16 de outubro, três dias depois de ter cometido o crime, quando se entregou à polícia.

Ao dar voz a Polícia Militar, o discurso jornalístico acaba mais uma vez avalizando o grau de comprometimento das instituições em fazer justiça nesse caso: **o acusado estava aguardando o processo na casa de Detenção do Monte Santo, desde o dia 16 de outubro, três dias depois de ter cometido o crime, quando se entregou a polícia.** Por tanto o crime não ficou impune, tendo o professor todos os seus direitos resguardados. Assim o discurso do DB apresenta as instituições comprometidas em garantir justiça para os homossexuais vítimas de crimes homofóbicos.

E6 – O caso foi julgado pela maioria do tribunal do júri e a sentença foi relatada pelo juiz da 1 vara do tribunal do júri Alberto Quaresma. A acusação foi feita pelo Ministério Público, através do promotor Marcus Antonius da Silva Leite.

O discurso jornalístico mais uma vez se apropria do discurso jurídico, evidenciado pelas palavras: **caso; julgamento; tribunal do júri; sentença; juiz; acusação; ministério público e promotor**, para avaliar a as decisões tomadas pelos julgadores do caso professor e engenheiro Alberto Pontes. Ao afirmar que: **O caso foi julgado pela maioria do tribunal do júri**, mais uma vez o discurso jornalístico colabora com a idéia de que a sociedade também fez justiça nesse caso.

E7 – A alegação da defesa era que o acusado pelo crime estava tentando se defender do professor, e que a faca usada para cometer o ato, era da vítima. Mas nada ficou comprovado na avaliação dos fatos, principalmente porque não foi encontrada nenhuma testemunha ocular na época.

A palavra **alegação** utilizada no E7 promove a dúvida na fala dos que fazem a defesa do acusado e a dele próprio, o que acaba colaborando para sua culpabilidade. Para avaliar a ausência de credibilidade dispensada à fala do ambulante, o jornal chama atenção para o fato de não ter sido **encontrada nenhuma testemunha ocular na época.** Por outro lado, é preciso ressaltar que em nenhum dos enunciados é utilizado o discurso jurídico para dizer que acusação alega, portanto, não há alegações por parte da acusação, mas, afirmações.

Quando o vigilante diz que a arma do crime era do professor: **A alegação da defesa era que o acusado pelo crime estava tentando se defender do professor, e que a faca usada pra cometer o ato, era vítima.** Logo depois o jornal usa a palavra **vítima** para se referir ao morto. Promovendo o efeito de sentido de culpabilidade do vigilante, mais uma vez descredibilizando a sua fala.

E8 – No depoimento, o réu afirmou que a faca era da vítima e que em uma luta corporal, travada depois do assédio que sofreu, a vítima teria deixado cair a arma, que ele pegou e desferiu o golpe. A defesa continua alegando durante todo o processo de legítima defesa, mas o tribunal do júri decidiu pela sua culpabilidade.

Apesar de no início do E7 o jornal começar dizendo que **o réu afirmou que a faca era da vítima**, mas a frente ele volta dizer que **a defesa continua alegando durante todo o processo legítima defesa**, ou seja o verbo alegar mais uma vez vem descredibilizar a afirmação do acusado.

Na medida em que não aparece o sintagma completo “assédio sexual”, mas somente **assédio**, há um silenciamento da razão do professor ter ido até a construção para encontrar o vigilante e também que o assédio seria de caráter sexual, ignorando as condições de produção, já que as informações prestadas por outros veículos de comunicação, dão conta de que o petista havia ido até a construção, portanto fora ele quem foi à procura do vigilante e que talvez esse encontro tivesse como razão uma potencial relação sexual, fato que é apagado no discurso jornalístico bem como a homossexualidade do morto, na medida que não se relatou o assédio. Não houve encontro.

E9 – A polícia também informou que os dois já se conheciam há algum tempo e que no dia do crime, eles beberam juntos na Rodoviária Velha, no centro da cidade. A PM afirmou também que no decorrer das investigações, algumas pessoas que conheciam o acusado e a vítima disseram que o professor era homossexual assumido e que talvez este tenha sido um dos motivos do assassinato.

Até o E8 o discurso jornalístico enfatiza o lado profissional do morto, lembrando que ele era professor, engenheiro e membro importante do PT. Em nenhum momento o jornal traz ao conhecimento do leitor a condição sexual de Alberto Pontes, somente no final da matéria o jornal se utiliza da fala dos PM e de populares para informar que o professor era homossexual: **A PM afirmou também que no decorrer das investigações, algumas pessoas que conheciam o acusado e a vítima disseram que o professor era homossexual assumido...** Observe que há um interdiscurso presente na palavra **assumido**, o que quer dizer, que nem todos os homossexuais são assumidos e os que são, devem arcar com os riscos a que estão sujeitos. O jornal negligencia durante toda a matéria a homossexualidade do professor que só aparece no último parágrafo. O apagamento da condição sexual do professor é resultado de uma construção discursiva

que busca não colaborar com a visão negativa que a sociedade ainda mantém da homossexualidade.

Como a população ainda tem restrições à prática homossexual, se o jornal tivesse desde o início salientado a condição sexual do professor, ele acabaria justificando a sua morte. Já que numa visão homofóbica haveria uma transferência da responsabilidade do ocorrido para o professor afinal sendo ele homossexual deveria saber dos riscos que corria ao procurar sexo com um vigilante num imóvel em construção.

O apagamento da condição homossexual do professor e das razões que levaram o Alberto a ir ao encontro de Felipe Macedo para um possível contato sexual entre os dois, se explica pelo fato de que as condições de produção se mostram desfavoráveis aos homossexuais. O preconceito social que ainda envolve esta parcela da população acabaria favorecendo o vigilante, e responsabilizando o professor pelo acontecido. Afinal quem procurou quem? quem estava em seu local de trabalho quando do encontro? quem era o homossexual assumido? quem era a pessoa esclarecida e conhecia os perigos de se procurar uma prática sexual em um local desabitado? Todas essas questões seriam levantadas pela população, e terminariam por colocar o morto na condição de responsável pelo acontecido. No entanto ainda que todas essas questões fossem respondidas afirmativamente não seriam suficientes para justificar a morte do professor.

Antes de dar início a análise da próxima matéria é preciso esclarecer que o nosso interesse não é nas empresas de comunicação, mas nas matérias que tratam da homossexualidade em suas páginas. Apesar de serem matérias diferentes perceberemos após a análise feita que o discurso preconizado é o mesmo, a profissionalização das personagens. Enquanto o Diário da Borborema relega a homossexualidade e a sua prática ao tratar da morte do professor Alberto Pontes, no Jornal Paraíba a homossexualidade e a sua prática são tratados como profissão. Nesse caso podemos afirmar que os dois jornais trabalham com perfis profissionais de pessoas homossexuais, a diferença é que no DB as profissões são usadas no apagamento da sexualidade, já no segundo caso a prática homossexual apresentado como profissão.

### 3.1.3. O dois lados de uma mesma moeda

Passaremos agora a análise das matérias do Jornal da Paraíba do dia 26 de Julho de 2009. A primeira delas com o título **Mais de 90 homossexuais foram mortos em 10 anos**. A matéria trata do preconceito sofrido pela população LGBT, trazendo dados estatísticos que revelam o número considerável de mortes provocadas pela homofobia no Estado da Paraíba. Informa como o Governo do Estado tem trabalhado na prevenção e solução dos crimes cometidos contra os homossexuais nas ruas das principais cidades paraibanas, com a inauguração da Delegacia Especializada Contra Crimes Homofóbicos (DECCH).

E10 – Mais de 90 homossexuais foram assassinados na Paraíba nos últimos 10 anos, conforme levantamento da Associação de Homossexuais de Campina Grande (AHCG). Os dados da instituição mostram que 92% das mortes eram de transexuais (pessoas que mudaram de sexo por meio de cirurgia). O percentual é equivalente a 83 homicídios. O preconceito e a intolerância são as causas dos assassinatos apontados pela Associação. Em Campina Grande, nos últimos cinco anos, quatro transexuais morreram na cidade com requintes de crueldade.

O enunciado 10 revela um discurso matemático e estatístico: **Mais de 90 homossexuais foram assassinados na Paraíba nos últimos 10 anos, conforme levantamento da Associação de Homossexuais de Campina Grande (AHCG). Os dados da instituição mostram que 92% das mores eram de travestis...** Também continua colaborando semanticamente e discursivamente com a matéria anterior, o que pode ser evidenciado pelas palavras **assassinados; mortes; homicídios; intolerância e requintes de crueldade** promovendo um deslizamento de sentido, para a violência praticada contra os homossexuais. A diferença é que no caso da matéria 2 essa relação esta dita, enquanto que na 1, ela aparece como o não dito.

E11 – De acordo com o campinense Carlos Roberto Paiva, 31 anos, “Campina Grande é uma cidade onde existe muito preconceito com a classe LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais)”. “A vida de travesti tem seu glamour, financeiramente falando, no entanto, também tem sua parte obscura”, disse. Karlla kamuratty, como é conhecido enquanto “travesti”, já foi vítima por diversas vezes de preconceito e violência.

A fala da “travesti” é utilizada para avaliar os dados matemáticos e estatísticos apresentados sobre a violência na Paraíba, por ser de Campina Grande, Karlla Kamuratty acaba confirmando o preconceito que existem no Estado. Há um apagamento

da sexualidade dos entrevistados enquanto condição, para serem apresentados como profissionais. A mudança de nome de Carlos Roberto para **Karlla Kamuratty** e o termo **glamour**, aciona um discurso artístico, já que estas são características do universo dos artistas, é comum aos artistas a troca do nome de batismo por outro, bem como o termo **obscuro**, que lembra o lado desconhecido do artista, quando esta fora dos palcos.

E12 – “Nós profissionais do sexo, somos agredidas físico e verbalmente, obrigadas, na maioria das vezes, a nos submeter a humilhações em troca das nossas próprias vidas”, revela o transexual, que há 21 anos faz parte da classe LGBT de Campina Grande.

Aqui o jornal se vale da fala da própria “travesti” **Nós profissionais do sexo** para avalizar o discurso profissionalizante da sexualidade que vem sendo desenvolvido no decorrer da matéria, dessa forma sua condição sexual não é ressaltada, mas sim o uso dessa sexualidade enquanto forma de sustento: **obrigadas, na maioria das vezes, a nos submeter a humilhações em troca das nossas próprias vidas**. Há no enunciado destacado também uma clara demonstração das dificuldades enfrentadas por essa classe de profissionais, que por não serem reconhecidos não gozam dos mesmos privilégios que outras categorias profissionais, sem segurança, acabam sofrendo violência quando do exercício de seu ofício: **somos agredidas física e verbalmente, obrigadas, na maioria das vezes, a nos submeter a humilhações em troca das nossas próprias vidas**.

E13- Neste ano, já são cinco os homicídios relacionados a homofobia no Estado. A Delegacia Especializada Contra Crime Homofóbicos (DECCH), criada na semana passada, em João Pessoa, já possui quatro inquérito envolvendo mortes de homossexuais por arma de fogo e espancamentos. Dois dos crimes aconteceram no dia quatro de março, no Altiplano Cabo Branco, onde dois homossexuais foram encontrados mortos com marcas de tiros no corpo. No crime, morreram Wanderson Wanderley e Moisés de Lima, ambos 20 anos. O suspeito fugiu sem deixar pistas.

No E13 o discurso jornalístico se utiliza do discurso jurídico para reafirmar que as autoridades competentes, no caso o Governo do Estado, tem tomado as providências necessárias para garantir os direitos dos homossexuais, já que com tão pouco tempo de funcionamento a delegacia já conta com quatro inquéritos relacionados a crimes homofóbicos: **A Delegacia Especializada contra Crimes Homofóbicos (DECCH), criada na semana passada, em João Pessoa, já possui quatro inquéritos envolvendo**

**mortes de homossexuais por arma de fogo e espancamento.** O trecho em destaque promove sentido de celeridade nas investigações dos crimes cometidos contra os homossexuais e a punição dos culpados. Evitando assim que outros de intolerância sexual aconteçam.

E14- O delegado de Crimes Homofóbicos, Marcelo Falcone, disse que mais inquéritos vão chegar à delegacia nas próximas semanas para serem investigados. “Como a delegacia é recém criada, temos uma demanda pequena. Mas o volume de inquérito será maior”, prevê o delegado.

A fala do delegado Marcelo Falcone ao afirmar que **mais inquéritos vão chegar à delegacia nas próximas semanas**, denota o efeito de sentido, de que as instituições responsáveis estão se esforçando para conter e punir os crimes cometidos contra homossexuais na cidade de João Pessoa.

E15- A DECCH funciona na Avenida Dom Pedro I, 414, no Centro, em João Pessoa, dividindo o prédio contra outras duas delegacias, a do Idoso e a da Mulher. “Sabemos que há um prédio novo, que está pronto, para onde seremos relocados e onde haverá uma melhor condição de funcionamento”, adiantou Marcelo Falcone.

Ao dizer que **a DECCH funciona na Avenida Dom Pedro I, 414, No Centro, em João Pessoa, dividindo o prédio contra outra duas delegacias, a do Idoso e a da Mulher**, o que parece ser apenas informações referentes a endereçamento, há no trecho em destaque um deslizamento de sentido que é provocado pela palavra **dividindo**, criando uma associação entre os recentes direitos conquistados pelos homossexuais com os já consolidados pelas mulheres e idosos.

“**Sabemos que há um prédio novo, que está pronto onde seremos relocados e onde haverá uma melhor condição de funcionamento**” o fragmento em destaque é o dito e trata da parte física do prédio, existe nele um não dito promovendo um efeito de sentido para a atenção dada pelas autoridades as reivindicações homossexuais. Ou seja, a polícia está se equipando para resolver com mais celeridade as investigações dos crimes homofóbicos acontecidos na cidade de João Pessoa.

E16- Para conter a violência contra os homossexuais na Paraíba, a Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social tem feito diariamente o policiamento em locais onde existem pontos de prostituição de travestis, prostitutas e até garotos de programa. A cobertura policial acontece, em especial, nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.



A utilização da palavra **ponto**, bem como o fato do jornal ter dito que **A cobertura policial acontece, em especial, nas cidades de João Pessoa e Campina Grande**. Provoca um deslizamento de sentido para a profissionalização e o teor econômico da prostituição, tendo em vista que o termo ponto remete a local de comércio bem como a referências a duas cidades economicamente mais desenvolvidas do Estado. Quando o jornal afirma que existe um policiamento diário nos locais onde existem pontos de prostituição de travestis, colabora para a idéia da homossexualidade enquanto trabalho, já que pelos riscos que a atividade oferece é preciso que a polícia garanta a segurança desses profissionais. Há ainda um discurso institucional promovido pelo jornal, na medida em que o policiamento dá garantias de direitos aos homossexuais.

E17- “A polícia não trata o cidadão com diferenças. Hoje não existe um tratamento específico aos travestis porque entendemos que todos são iguais. Mas nos pontos onde são feitos os programas, sempre passam viaturas policiais para garantir a proteção de pessoa, seja qual for a opção sexual dela”, disse.

Ao afirmar que “**não existe um tratamento específico aos travestis porque entendemos que todos são iguais**”. O jornal se utiliza da fala da polícia para construir uma atmosfera de isonomia entre todos os cidadãos, inclusive os travestis. Na verdade existe aí uma contradição. Se estes não fossem vistos e tratados como diferentes não teria sentido a criação de uma delegacia específica para tratar dos crimes homofóbicos. E mais quando o delegado afirma que “nos pontos onde são feitos os programas, sempre passam viaturas policiais para garantir a proteção de pessoas, seja qual for a opção sexual dela” mais uma vez há aqui um deslizamento de sentido para a profissionalização da prática sexual, já que as rondas policiais acabam funcionando como garantidoras das atividades de travestis e outros profissionais do sexo.

E18- As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS) mataram 1.064 paraibanos entre 1985 e 2008. Desse total, 25% são gays, lésbicas, bissexuais e transexuais (GLBT). Ou seja, 226 morreram infectados com o vírus da AIDS e outras doenças adquiridas nas relações sexuais. Os números são do centro de triagem e Aconselhamento em DST/AIDS, vinculado à Secretaria de Saúde de João Pessoa. O órgão de saúde está desenvolvendo um plano de enfrentamento contra a epidemia da AIDS entre o grupo GLBT.

Nesse enunciado o jornal faz uso do discurso médico científico: **As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS) mataram 1.064 paraibanos entre 1985 e 2008. Desse total, 25% são gays, lésbicas, bissexuais e transexuais (GLBT). Ou**

**seja, 226 morreram infectados com o vírus da AIDS e outras doenças adquiridas nas relações sexuais.** O fragmento destacado demonstra o quanto a Secretaria de Saúde de João Pessoa assim como Secretaria de Segurança Pública tem buscado respeitar todos os direitos da classe GLBT. Apesar disso os dados estatísticos apresentados no E18 revelam um olhar preconceituoso já que apresenta os membros da classe GLBT como grupos de risco, como se as DSTs fossem patologia próprias dos trabalhadores do sexo. Este deslizamento de sentido é provocado pelo seguinte enunciado com destaque para a **epidemia: “O órgão de saúde está desenvolvendo um plano de enfrentamento contra a epidemia de AIDS entre o grupo GLBT”**.

E19 – De acordo com o diretor do CTA, Roberto Maia, a AIDS está sendo encarada como uma doença grave e que precisa de ações de prevenção ao surgimento de novas mortes provocadas pelas DST/AIDS. Para evitar o problema, o CTA está desenvolvendo ações voltadas aos gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. A Secretaria de saúde está participando da elaboração do plano nacional contra a AIDS. “Na lista de ações, está a colocação do nome do travesti na carteira de identificação do Sistema Único de saúde (SUS) e nas matrículas de escolas da rede pública de ensino”, detalhou Roberto Maia.

O CTA ainda realiza ações educativas contra o preconceito aos homossexuais e de incentivo à prática de sexo seguro nos programas de travestis.

Observamos que o E19 também faz uso de um discurso médico para mais vez ao esclarecer que a Secretaria de Saúde Pública tem realizado ações de prevenção e tratamento das Doenças Sexualmente Transmissíveis: **A Secretaria de Saúde está participando da elaboração do plano nacional contra a AIDS. “Na lista de ações, está a colocação do nome do travesti na carteira de identificação do Sistema Único de Saúde (SUS) e nas matrículas de escolas da rede pública de ensino”, detalhou Roberto Maia.** As informações contidas no fragmento em destaque apesar de parecerem benéficas ao grupo LGBT, termina colocando-os na condição de grupo de risco, colaborando com a idéia de que seriam os gays os principais responsáveis pela disseminação da AIDS, aumentando assim a discriminação e o preconceito com os homossexuais.

### 3.1.4. Profissionais do sexo

A matéria analisada tem como título **Paraíba tem 450 travestis na prostituição** e apresenta os números referentes a quantidade de travestis que atuam na prostituição nos Estado e também as ações desenvolvidas pela Associação de Travestis da Paraíba (Astrapa) em favor dessa classe trabalhadora.

E20 - A capital e o interior de Estado possuem 450 profissionais do sexo atuando em ruas, avenidas e orla marítima pessoense. O levantamento é da Associação de Travestis da Paraíba (Astrapa). João Pessoa é cidade com o maior número de trabalhadores desse ramo. Ao todo, são 250 travestis. Outros 200 estão espalhados em cidades, como Campina Grande e Patos.

De acordo com a relações públicas da Astrapa, Fernanda Benvenutty, o número de profissionais do sexo, em atuação na capital e interior, é maior. Contudo, somente um levantamento detalhado vai identificar a quantidade real de travestis. Na Astrapa, fundada em 2002, as mulheres participam de seminários, capacitações e palestras sobre prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS). Por mês, quatro mil camisinhas são entregues aos travestis. Cada um deles tem direito a levar 40 preservativos para utilizá-los nos programas.

A Associação ainda disponibiliza uma equipe multiprofissional para atender as filiadas. Psicólogos, assistentes sociais e advogados prestam assistência em casos de espancamentos, acompanhamento psicológico as vítimas de assaltos e orientação jurídica aos travestis. “Nós temos uma instituição que fala por nós e que defende os direitos da categoria na Paraíba. Nossa meta é ampliar nossos trabalhos”, frisou Fernanda Benvenutty.

No caso do E20 há um deslizamento de sentido que permeia todo o enunciado que contribui significativamente com a visão profissional da homossexualidade já detectadas nos enunciados anteriores, através das palavras **profissionais do sexo**, **associação** e **categoria** que são termos utilizados pelo discurso trabalhador. O discurso jornalístico se utiliza de números para demonstrar quantos são os travestis que atuam nas ruas das principais cidades do Estado da Paraíba e as ações desenvolvidas pela Associação de Travestis da Paraíba na prevenção e cuidados das DSTs: **A capital e o interior de Estado possuem 450 profissionais do sexo atuando em ruas, avenidas e orla marítima pessoense. O levantamento é da Associação de Travestis da Paraíba (Astrapa). João Pessoa é a cidade com maior número de trabalhadores desse ramo. Ao todo, são 250 travestis. Outros 200 estão espalhados em cidades, como Campina Grande e Patos.**

No final do E20 o discurso jornalístico se utiliza da fala da relações públicas Fernanda Benvenutty para se referir ao travestismo como categoria profissional, já que ela se apropria de um discurso sindical próprio da classe trabalhadora para fazer menção aos travestis: “ **Nós temos uma instituição que fala por nós e que defende os direitos da categoria na Paraíba. Nossa meta é ampliar nossos trabalhos**”, frisou **Fernanda Benvenutty**

### 3.1.5. “Minha vida não é fácil”

A próxima matéria analisada é também do Jornal da Paraíba que tem como título: **A vida de quem vende o corpo nas ruas de JP**. O texto vai apresentar aos leitores as histórias de dois travestis que ganham a vida se prostituindo no centro de capital paraibana, mostrando desde os preparativos para mais um dia de trabalho até as dificuldades enfrentadas pelos travestis nas ruas de João Pessoa.

E21 – Ruas e avenidas que comportam, durante o dia, escritórios de advocacia, clínicas de saúde e concessionárias de veículos viram, à noite, cenário para outros trabalhadores: os travestis. Eles ocupam praças de centro de João Pessoa, trechos da Avenida Epitácio Pessoa e a região da orla marítima da capital em busca da sobrevivência diária, com a venda do corpo, mesmo expostos aos assaltos, agressões físicas e morais na madrugada da cidade.

**Ruas e avenidas que comportam, durante o dia, escritórios de advocacia, clínicas de saúde e concessionárias de veículos viram, à noite, cenário para outros trabalhadores, os travestis.** O trecho destacado mobiliza o efeito de sentido para profissionalização da prática sexual dos travestis, já que eles são comparados aos trabalhadores das empresas citadas.

O verbo **ocupam** presente no E21 mobiliza o efeito de sentido de que o local de trabalho dos travestis não é próprio deles, mas de outros, e que eles o utilizam na clandestinidade, tornando o seu trabalho informal e não legalizado.

Quando o jornal afirma que os travestis ocupam estes espaços **em busca da sobrevivência diária** novamente o trecho destacado provoca o efeito de sentido de que a razão pela qual os travestis existem é essencialmente para desempenhar uma atividade econômica, da qual tiram o seu sustento, e não por uma questão de identificação de gênero, como apresenta as condições de produção.

E22 – Pontualmente às 20 horas Malu Braga chega ao seu local de trabalho. O ponto em que ela aguarda os clientes para o programa fica em frente a uma concessionária de veículos na Epiácio Pessoa. Minutos depois, ela abre a bolsa e tira maquiagem, colares, anéis, uma calça apertada e uma blusa curta, além de perfumes. É lá mesmo, em uma área recuada e escura, que o travesti troca de roupa. “Eu não fico bonita depois que eu chego ao ponto”, contou.

No E22, como nos demais enunciados o discurso jornalístico, se apropria do discurso do trabalhador para descrever a preparação do travesti Malu, antes de dar início a mais uma noite de atividade. O efeito de sentido é provocado pelos enunciados: **Pontualmente às 20 horas Malu Braga chega ao seu local de trabalho. O ponto em que ela aguarda os clientes para o programa...** Já que estes são termos utilizados pela classe trabalhadora. Mas é ao chamar atenção para o local onde o travesti se apronta para exercer as atividades. **É lá mesmo, em uma área recuada e escura, que o travesti troca de roupa**, que o discurso jornalístico acaba produzindo o efeito de sentido de ilicitude da atividade desempenhada pelos travestis nas ruas da capital paraibana, uma área escura e recuada aciona o sentido de obscuridade. Assim, Como outros trabalhadores ambulantes eles trabalham na base do improvisado, desempenhando suas funções a margem dos trabalhos legalmente reconhecidos.

E23 – Marcos Braga – nome de batismo de Malu – consegue rapidamente o primeiro de uma série de, no mínimo, três programas noturnos. Jovens solteiros, chefes de família, empresários e idosos fazem parte da relação de clientes de Malu Braga. Cada saída com um homem custa, em média, R\$ 50. Mas os preços chegam a R\$ 200, dependendo do cliente. “Se for um gringo, a gente cobra mais porque eles estão à procura de aventura”, declarou o profissional que atua há 15 anos no ramo. No final do mês, ele chega a lucrar mais de R\$ 1mil.

No E23 o discurso jornalístico aciona o discurso religioso **Marcos Braga – nome de batismo de Malu** para se referir a pessoa por traz do travesti Malu, que é apresentado pelo discurso jornalístico como um personagem que só existe nos locais de pontos de prostituição da cidade de João Pessoa. Já que no discurso investigado o travestismo está relacionado a atividade econômica e não a identidade do gênero. A palavra batismo do discurso religioso comporta a identidade determinada para Marcos, a qual ele não assume, mais que isso, ele renega, o que pode ser percebido no trecho retirado do E24 quando se refere se próprio no feminino: **“Eu consegui me estabilizar e encarar menos preconceito do que na minha família. Mas fiz tudo isso por necessidade. Como eu via sozinha, eu tinha que comprar comida, roupa e pagar**

**aluguel”, relatou.** Eis uma situação contraditória, na medida em que o travesti assume sua condição sexual e de gênero, mas é apresentado pelo periódico com uma dualidade ou alternância de papéis. Hora ele Marcos outra hora ele Malu Braga.

Ao elencar as faixas etárias dos clientes atendidos pelos travestis, **jovens solteiros, chefes de família, empresários e idosos fazem parte da relação de clientes de Malu Braga.** O jornal mais uma vez acaba se referindo a estes como trabalhadores, que como qualquer outro profissional liberal, atende todos sem distinção. A referência feita ao lucro mensal dos travestis com os programas também colabora com a profissionalização do travesti: **Cada saída com um homem custa, em média, R\$ 50. Mas os preços chegam a R\$ 200, dependendo do cliente.**

E24 – Logo aos 15 anos de idade, Marcos Braga descobriu que queria fazer programas para pagar as próprias despesas, como a compra de roupas e sapatos. Naquele tempo também veio a primeira luta contra o preconceito. Isso foi em Fortaleza, no Ceará. O rapaz viu a resistência do pai e da mãe à profissão escolhida. Ao alcançar a idade adulta, ele adotou o nome de Malu Braga e resolveu ganhar a vida sozinho em São Paulo. Na capital paulista, já com mais de 20 anos de idade, ele lembra que atendia artistas de televisão e atletas famosos. “Eu consegui me estabilizar e encarar menos preconceitos do que na minha família. Mas fiz tudo isso por necessidade. Como eu vivia sozinho, eu tinha que comprar comida, roupa e pagar aluguel”, relatou.

Apesar do título da matéria dizer tratar da vida de quem vende o corpo nas ruas de JP. No E24 o discurso jornalístico reforça o discurso profissionalizante de Malu: **Logo aos 15 anos de idade, Marcos Braga descobriu que queria fazer programas para pagar as próprias despesas, como a compra de roupas e sapatos.** Há no trecho destacado um apagamento da condição sexual de Marcos Braga. Que parece ter decidido ser travesti independente de ter uma orientação sexual voltada para a homossexualidade. Para o jornal o que ele assume não é sua condição sexual e de gênero, mas uma profissão. “**Mas fiz tudo isso por necessidade. Como eu vivia sozinho, eu tinha que comprar comida, roupa e pagar aluguel**”. O depoimento de Malu aparece no discurso jornalístico reforçando a ideia da prática sexual dos travestis enquanto atividade profissional e não como condição sexual e de gênero.

E25 – Hoje, aos 31 anos, ele faz ponto na Epitácio Pessoa e enfrenta novas barreiras diárias. A violência que toma conta da noite pessoense é o maior desafio. “Eu encaro noites frias, chuvosas, xingamentos de pessoas que passam na rua e até carreiras de criminosos. Minha vida não é fácil. Eu só volto para casa perto de amanhecer o dia. Na

verdade, eu queria outro emprego e trabalhar como qualquer pessoa normal. Mas quem quer empregar um travesti? O Mundo é preconceituoso e não nos aceita”, desabafou Malú Braga, ao lembrar que foi inúmeras vezes à delegacia prestar queixa contra clientes que não pagaram o programa sexual. “No local em que eu deveria ser tratada como vítima, os agentes faziam gracinhas comigo e defendiam o mau pagador”, disse o travesti.

No E25 o jornal traz a fala de Malu Braga, que denuncia as dificuldades enfrentadas pelos travestis que se prostituem nas ruas da capital pessoense. A utilização das palavras **emprego** e **trabalho** no depoimento do travesti colaboram com o sentido da profissionalização da homossexualidade presentes nos enunciados já analisados. O termo **normal** encontrado no trecho em destaque: **NA verdade, eu queria outro emprego e trabalhar como qualquer pessoa normal.** Além de colaborar com a idéia de marginalidade da homossexualidade, também denota a ilicitude da atividade desempenhada por parte dos travestis que vivem na cidade de João Pessoa.

E26 – Malu Braga divide o mesmo ponto com uma colega. Wanessa Ferrari, 31 anos, que vende o corpo há 16 anos. Todos os dias ela convive com o medo e apreensão em trabalhar nas noites de João Pessoa. A travesti perdeu a conta do número de clientes que a maltratou depois do fim do programa. “Tem cliente que quis dar em mim, apontou revólver na minha cara e, na volta do motel, me abandonou na beira da BR sem eu ter dinheiro para retornar ao meu ponto”, narrou Wanessa Ferrari ao cobrar policiamento mais frequente na Eptácio Pessoa.

Assim como o E25 no E26 o discurso jornalístico se utiliza da fala de Malu Braga para apresentar os travestis como trabalhadores, as palavras que produzem este efeito de sentido são as seguintes: **trabalhar, clientes, programa, ponto e vende.**

E27 – Prazer na cama e aventuras sexuais são as causas que levam o homem a pagar por um programa com travesti. Quase todos os clientes de Wanessa Ferrari e Malu Braga buscam realizar fantasias sexuais que são impossíveis de serem concretizadas com a namorada, companheira ou esposa.

No E27 O jornal ao trata das razões que fazem um homem procurar um travesti, **Prazer na cama e aventuras sexuais são as causas que levam um homem a pagar por um programa com travesti.** Nesse sentido, o jornal afasta do travesti a possibilidade de despertar em outra pessoa a afetividade e não somente o desejo sexual.

E28 – Na previsão das duas profissionais do sexo, 80% dos 72 clientes mensais de cada uma delas querem ser passivos na cama, o número é equivalente a 57 homens.

“O homem nos procuram porque somos mulheres com algo mais e sabemos como agradá-los na cama”, declarou Wanessa Ferrari. O travesti disse que, durante um programa, um cliente exigiu que ela trocasse de roupa com o parceiro para agradá-lo. Essa era a fantasia sexual de um paraibano. “Ele queria que eu fosse ele e que ele ficasse no meu lugar. Ele até usou minhas jóias e maquiagem”, detalhou o profissional do sexo.

Aqui o discurso jornalístico se utiliza do discurso estatístico e matemático para apresentar aos leitores de que maneira os profissionais travestis se comportam durante o momento em que estão desempenhando a sua atividade. **O travesti disse que, durante um programa, um cliente exigiu que ela trocasse de roupa com o parceiro para agradá-lo. Essa era a fantasia de um paraibano.** A ênfase dada ao estado de origem do cliente citado por Wanessa Ferrari no trecho em destaque provoca o deslizamento de sentido para o discurso machista presente a sociedade paraibana, o discurso põe em dúvida a masculinidade do macho paraibano, especialmente valorizado nas condições de produção.

E29 – O exemplo citado por Wanessa Ferrari é confirmado pelo colega Malu Braga. Ele estima que, na maioria dos programas, os clientes querem ser passivos na cama. “Para cada 10 programas, em 8 deles nós fazemos o papel ativo e os homens são os passivos”, estima Malu Braga, que chega a fazer 72 programas mensais. As duas travestis utilizam e-mail, sites de relacionamentos, cartão de apresentação e telefones para facilitar o contato com os parceiros, incluindo clientes que contratam o serviço mensalmente.

Novamente no E29 o discurso jornalístico se apropria do discurso estatístico e matemático para detalhar como que são feitos os atendimentos e o número de programas realizado num mês. O discurso comercial também está presente no E29 quando o jornal informa quais as formas de propaganda utilizadas pelos travestis na divulgação dos serviços prestados por eles. A utilização da palavra **serviço** colabora com o discurso profissionalizante encontrado em toda a matéria.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se para o leitor comum os textos estudados não apresentam nenhuma outra relação além do fato de que todos eles tratam da violência sofrida por homossexuais e das ações desenvolvidas pelo Estado para minimizar os crimes homofóbicos. Depois de termos realizado a análise do discurso jornalístico constatamos que todos os homossexuais foram tratados como trabalhadores, em nenhum momento se discute a condição sexual dos personagens. Na verdade há um apagamento da orientação sexual e de gênero em função da profissionalização do homossexual, ainda que por razões diferentes. Como veremos mais à frente, chamamos a essa relação mantida entre as matérias analisadas de fio discursivo.

No caso da matéria do DB que trata da morte do professor Alberto Pontes; após a análise do discurso jornalístico é possível perceber que a todo o momento o jornal oculta a condição sexual do morto dando ênfase a sua área profissional, dessa forma o discurso jornalístico apaga as razões que levaram o professor a ir ao encontro do vigilante em uma construção. Ao invés disso ele prefere chamar atenção dos leitores para as relevantes funções desempenhadas pelo professor Alberto na sociedade campinense. A estratégia discursiva se explica em razão da marginalidade social que em geral estão relegados os homossexuais, portanto se o apresentasse desde o início da matéria como um homossexual que teria ido a procura de uma possível relação sexual, de alguma forma estaria transferindo parte da responsabilidade do acontecido para o Alberto Pontes e conseqüentemente diminuindo a culpa do vigilante, a quem o discurso jornalístico desde o início afirmou ser o assassino do professor. Assim o a condição sexual e o envolvimento do morto com o ambulante só é revelado no último parágrafo e ainda assim atribui essa informação a terceiros, no caso pessoas que conheciam o professor.

A segunda matéria analisada é do JP e tem como título: **Mais de 90 homossexuais foram mortos em 10 anos**, apesar de o título parecer que vai tratar das violências sofrida pelos homossexuais, após a análise do discurso foi constatado que aqui, como na matéria anterior, os homossexuais são apresentados também como profissionais. Com a diferença de que na primeira matéria analisada a condição sexual do professor era oculta em razão da importância e notoriedade do professor, nesse

segundo caso como nos que seguem essa condição sexual não é encarada como algo inerente a vida dos personagens entrevistados, mas sim como atividade econômica. Dessa forma, a análise revela que a prática sexual dos personagens não tratada como resultado da sua preferência sexual e afetiva e sim como uma forma de sustento e sobrevivência. **“Para conter a violência contra os homossexuais na Paraíba, a secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social tem feito diariamente o policiamento em locais onde existem pontos de prostituição de travestis, prostitutas e até garotos de programa”**. O trecho em destaque retirado do E16 é bastante exemplificativo da maneira como o discurso jornalístico apresenta os homossexuais nas páginas do jornal. É importante ressaltar, que mesmo o título fazendo referência aos homossexuais: **Mas de 90 homossexuais foram mortos em 10 anos**, a matéria trata apenas de uma parcela dessa população que são os travestis contribuindo assim para a visão popular de que todos os homossexuais seriam afeminados ou que buscassem essa semelhança física com mulheres.

A terceira matéria analisada tem como título: **Paraíba tem 450 travestis na prostituição**, aqui como na anterior a condição sexual e de gênero dos travestis é encarada como uma atividade geradora de vantagens econômicas e não como uma consequência da sua orientação sexual. Em nenhum momento o jornal discute os dramas e alegrias da vida pessoal dos travestis. O discurso jornalístico se limita a apresentá-los como trabalhadores. O trecho retirado E20 é elucidativo da forma como os travestis foram mostrados nas páginas do JP: **A capital e o interior de Estado possuem 450 profissionais do sexo atuando em ruas, avenidas e orla marítima pessoense. O levantamento é da Associação de Travestis da Paraíba (Astrapa). João Pessoa é a cidade com maior número de trabalhadores desse ramo.**

A quarta e última matéria analisada traz o título: **A vida de quem vende o corpo nas ruas de JP** como nas anteriores o discurso jornalístico vem associando a prática sexual do travesti a uma atividade profissional não regularizada o que faz com exerçam sua atividade na ilegalidade, daí o fato de não terem os mesmos direitos que outros trabalhadores. Essa situação pode ser percebida no trecho do E25 onde o discurso jornalístico acaba se utilizando da fala do travesti Malu Braga para justificar essa ilegalidade: **“... Na verdade, eu queria outro emprego e trabalhar como qualquer pessoa normal. Mas quem quer empregar um travesti (interrogação) O mundo é preconceituoso e não nos aceita”**.

Quando pensamos em analisar as matérias dos jornais locais para esta pesquisa, esperávamos que a imagem homossexual fosse apresentada de maneira caricata e preconceituosa. Na verdade o preconceito se deu justamente na intenção do jornal de não ser preconceituoso. No caso de Alberto Pontes a importância dada a sua área profissional acaba ocultando a orientação sexual do professor, ao tentar vitimá-lo o jornal acaba colaborando com a visão popular da homossexualidade, já que na maioria das vezes quando um homossexual do povo é assassinado a matéria quase sempre começa da seguinte maneira Homossexual é assassinado... Ou seja, a condição sexual é sempre citada. No caso de Alberto Pontes o jornal preferiu falar das atividades profissionais do professor para só no final informar a sua orientação sexual, como mais uma característica. E não a razão que o levou a procurar o vigilante no seu local de trabalho. O que demonstra que ao apagar a sexualidade do professor o jornal pretendia preservar a imagem do morto.

Nos demais casos, ao tentar demonstrar a todas as dificuldades enfrentadas pelos homossexuais no Estado as ações desenvolvida para diminuir o crimes cometidos contra os homossexuais, o jornal acaba relacionando a homossexualidade apenas a figura dos travestis e ainda mais transformando o travesti em uma profissão e não uma diversas maneira de vivencia sexual e de gênero.

Dessa forma a análise demonstrou que os textos estudados ainda estão permeados de preconceito e ignorância em relação à homossexualidade. Que apesar da abertura dispensada pelos meios midiáticos, inclusive nos jornais analisados, ainda é possível encontrar no discurso jornalístico uma visão estereotipada e discriminatória da homossexualidade. Embora os periódicos prestem informações demonstrando que as instituições a exemplo da polícia, justiça e sociedade reconhecem os direitos dessa parcela da população e que elas estão agindo para que estes direitos sejam respeitados. No entanto no processo de investigação foi possível detectar que o discurso jornalístico está carregado de uma imagem preconceituosa dos homossexuais, apegada aos estereótipos que nos foram passados durante o processo inserção social aos quais todos nós fomos submetidos desde a mais tenra infância e que foram introjetados em nossa mente, emergindo toda vez que nos posicionamos, sem que nos demos conta disso, tornando nesse caso o preconceito ainda pior, já que ele aparece de maneira velada.

A visão negativa dos homossexuais presentes nas matérias analisadas é em parte resultado do fato de ser o Brasil uma nação que apesar de laica, está tomada por uma influência da moral cristã. Herança da colonização portuguesa. Os representantes das religiões cristãs acreditam que as relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo, vai contra os ensinamentos bíblicos. Considerado um pecado abominável, esse desejo deve ser reprimido em nome da fé e da presença do espírito após a morte no paraíso celestial preparado por Deus para todo aquele que nele crê e que segue seus preceitos. Além disso, tal comportamento põe em risco o modelo de família defendido pela visão Cristocêntrica; ainda hoje esses preceitos religiosos exercem uma importante influência sobre a população brasileira. Até mesmo entre aqueles que não se consideram religiosos, o que pode ser percebido no panfleto em anexo distribuído nas últimas eleições para prefeito de Campina Grande, onde religiosos pedem aos cristãos autênticos para repensarem seu voto antes de se decidir por um candidato que é integrante da “Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT”. A imagem que as religiões cristãs construíram no curso da história da homossexualidade e a presença dessa interferência na maneira de pensar do nosso povo é um importante material para os analistas do discurso. Mas este é um assunto que deve ser aprofundado em trabalhos posteriores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Lois. **Aparelho Ideológico de Estado**: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2ª ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1985.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2 ed. rev. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2004.

CASTRO, João José Pereira de. **Bíblia Sagrada**. São Paulo, Editora Ave-Maria, 2000.

COSTA, Antonio Roberto Faustino. **O discurso de industrialização do ensino na política nacional de educação a distância**. João Pessoa, PB. 2008. Disponível em: <<http://www.ce.ufpb.br/ppge/Teses/teses08/ANTONIO%20ROBERTO%20FAUSTINO%20DA%20COSTA/tesePDF.pdf>>. Acesso em: 20 agos. 2011.

DALTOÉ, Andrelise. **Teoria da notícia**: uma tentativa de construção. Disponível em: <[http://www.alaic.net/portal/revista/r1/ccientifica\\_03.pdf](http://www.alaic.net/portal/revista/r1/ccientifica_03.pdf)> Acesso em: 19 agos. 2011.

DANTAS, Paulo. O Medo fora do armário. **Revista Nordeste**. João Pessoa, PB. Ed. 28. PP. 42-47, março. 2009. Mensal.

DARDE, Vicente William da Silva. **A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/3109/4870>>. Acesso em: 21 agos. 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: A homossexualidade masculina no do século XX. Tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: UNESP, 2000.

KRONKA, Graziela Zanin. **A cenografia discursiva da nudez em uma imprensa (homo) erótico- pornográfica.** Síntese – revista dos cursos de pós-graduação, Vol.11. 2006. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/sinteses/article/view/153> > Acesso em: 19 agos. 2011.

**Lista de personagens LGBT em telenovelas brasileiras.** Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista\\_de\\_personagens\\_LGBT\\_em\\_telenovelas\\_brasileiras](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_personagens_LGBT_em_telenovelas_brasileiras)>. Acesso em: 17 set. 2011

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso:** Princípios e procedimentos. 7 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Interpretação;** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** Uma crítica à afirmação do óbvio. 2º ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

SANTOS, Gustavo. **O homossexualismo na visão dos Santos da Igreja Católica.** Disponível em: <<http://reporterdecristo.com/o-homossexualismo-na-visao-dos-santos-da-igreja-catolica>>. Acesso em: 17 set. 2011.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso:** A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo, SP. Max Limonad- LTDA, 1986.

Site Pesquisado: <http://pt.wikipedia.org>

# **ANEXOS**

Anexo 1

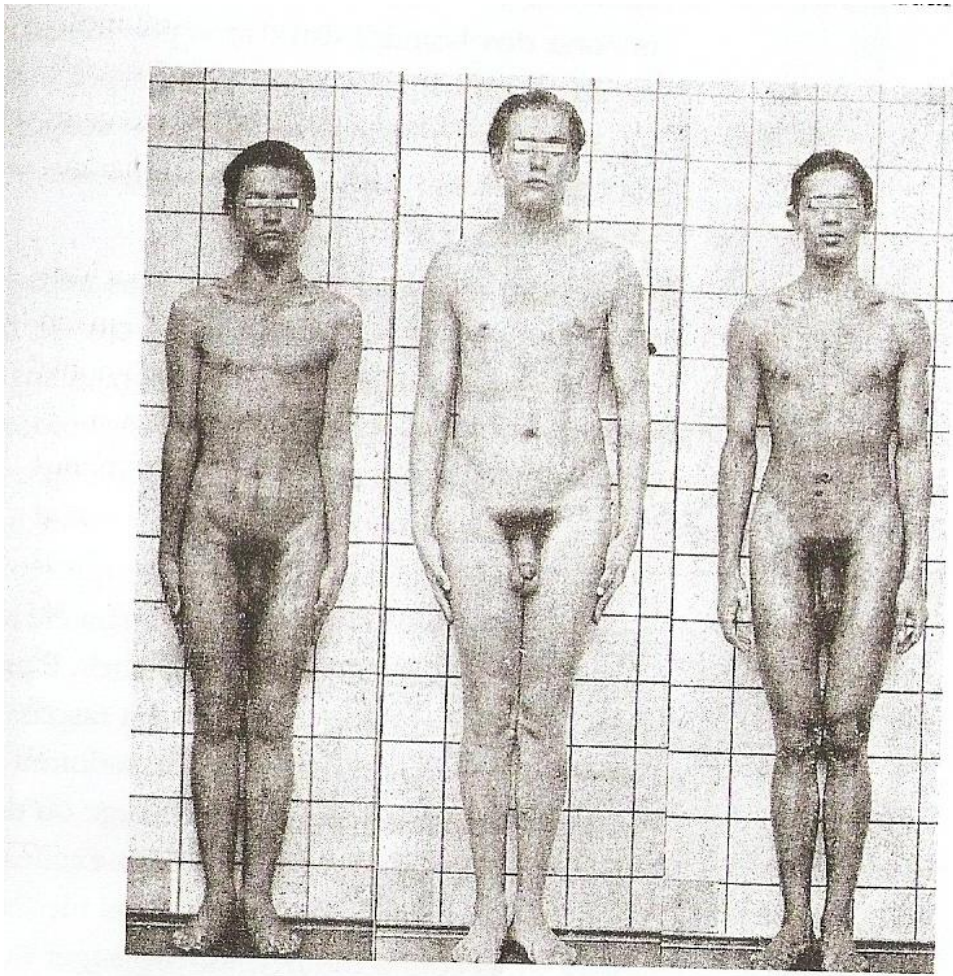


FIGURA 9 – Estudo antropométrico de homossexuais “com aspectos femininos”. Extraído de Ribeiro, *Homossexualismo e endocrinologia*, 1932, p.104-5.



## O Candidato **ROMULO GOUVEIA** faz parte da "FRENTE PARLAMENTAR PELA CIDADANIA GLBT"

O Candidato a prefeito de Campina Grande/PB, pela Coligação Por Amor a Campina, o deputado federal **ROMULO GOUVEIA (PSDB)** é integrante da "FRENTE PARLAMENTAR PELA CIDADANIA GLBT", movimento que tenta aprovar e tornar Lei a **PL-00122/2006** e **PL-6418/2005**, a conhecida **LEI DA MORDAÇA GAY**, Projeto esse que entidades renomadas de reconhecimento nacional combatem na internet e em movimentos por entenderem que esse Projeto, caso aprovado, retire o direito de pastores e orientadores Cristãos pregarem contra a PRÁTICA HOMOSEXUAL.

As informações são do PORTAL "AGENCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS", <http://www.agenciaaids.com.br/noticias-resultado.asp?Codigo=7203> que disponibiliza em seu sítio a lista dos 177 deputados federais que aderiram ao movimento e os 13 senadores que apóiam.

"Na verdade, a antiga Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual ganha um novo nome, uma vez que **seu objetivo é juntar, num mesmo bloco, todos que defendem** os direitos e combatem a discriminação contra os homossexuais." Afirma a matéria no portal.

Além do deputado **ROMULO GOUVEIA (PSDB)**, a Paraíba ainda conta com outros três deputados que aderiram ao movimento em favor da PL-122/2006 e PL-6418/2005, que são: LUIZ COUTO, MARCONDES GADELHA e WILSON SANTIAGO.

Há um outro Agravante

Quando no período em que o Deputado **ROMULO GOUVEIA (PSDB)** foi Secretário de Estado do Governo da Paraíba, liberou verba para a realização da **I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE GAYS, LESBICAS, BISEXUAIS, TRAVESTIS, E TRANSEXUAIS** que se realizou dia 17 e 18 de maio de 2008. Segundo a **PORTARIA Nº 05, DE 30 DE ABRIL DE 2008, divulgado no DIÁRIO OFICIAL datado em 1º de Maio de 2008**, além da liberação do dinheiro, **ROMULO GOUVEIA (PSDB)**, também se encarregou de designar os membros para a COMISSÃO ORGANIZADORA da Conferência homossexual na Paraíba, segunda consta no **ARTIGO 2º da PORTARIA**.

Restar a nós, cristãos autênticos, que defendemos uma real CONSCIÊNCIA E VISÃO CRISTOCÊNTRICA, voltarmos para a defesa da MORAL e dos VALORES DA FAMÍLIA como primeira instituição e CRIADA POR DEUS.

Refleta e VOTE CONSCIENTE, sabendo que seu voto não tem preço, TEM CONSEQÜÊNCIA.

## CASO ALBERTO PONTES

# VIGILANTE É CONDENADO A 14 ANOS DE RECLUSÃO

O caso do assassinato do professor e engenheiro elétrico, José Alberto Pontes, chegou ao final ontem, em um julgamento que durou todo o dia. O réu Felipe Macedo da Silva foi acusado de assassinar o professor no bairro do Santo Antônio, no dia 13 de outubro de 2007. Ontem, ele foi condenado a 14 anos de reclusão pelo tribunal do júri, pelos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver. Felipe, que já estava há mais de um ano aguardando pelo julgamento na Casa de Detenção do Monte Santo, retornou ao local para o cumprimento da pena.

O caso, que repercutiu em todo o Estado, acabou com a condenação do acusado por assassinar um dos principais componentes do Partido dos Trabalhadores (PT), em Campina Grande. O corpo de José Alberto Pontes foi encontrado um dia após o seu assassinato, em uma construção no bairro do Santo Antônio. O fato aconteceu na noite do dia 13 de outubro do ano passado, quando o vendedor ambulante e vigilante, Felipe Macedo da Silva, golpeou a vítima com um pedaço de madeira e o esfaqueou no peito.

De acordo com informações da Polícia Militar, que estava fazendo a segurança do julgamento, o acusado estava aguardando o processo na Casa de Detenção do Monte Santo,



Julgamento de Felipe Macedo durou todo o dia de ontem, no auditório do Tribunal do Júri

desde o dia 16 de outubro, três dias depois de ter cometido o crime, quando se entregou à polícia. O caso foi julgado pela maioria do tribunal do júri e a sentença foi relatada pelo juiz da 1ª vara do tribunal do júri, Alberto Quaresma. A acusação foi feita pelo Ministério Público, através do promotor Marcus Antonius da Silva Leite.

A alegação da defesa era que o acusado pelo crime estava tentando se defender do professor, e que a faca usada para co-

meter o ato, era da vítima. Mas nada ficou comprovado na avaliação dos fatos, principalmente porque não foi encontrada nenhuma testemunha ocular na época. No depoimento, o réu afirmou que a faca era da vítima e que em uma luta corporal, travada depois do assédio que sofreu, a vítima teria deixado cair a arma, que ele pegou e desferiu o golpe. A defesa continuou alegando durante todo o processo legítima defesa, mas o tribunal do júri decidiu pela

sua culpabilidade.

A polícia também informou que os dois já se conheciam há algum tempo e que no dia do crime, eles beberam juntos na Rodoviária Velha, no centro da cidade. A PM afirmou também que no decorrer das investigações, algumas pessoas que conheciam a acusado e a vítima disseram que o professor era homossexual assumido e que talvez este tenha sido um dos motivos do assassinato. (Isabela Alencar)

**HOMOFOBIA/** Só neste ano foram registrados cinco homicídios

# Mais de 90 homossexuais foram mortos em 10 anos

■ BARTOLOMEU HONORATO E ANA DAYRA - ESPECIAL PARA O JP

Mais de 90 homossexuais foram assassinados na Paraíba nos últimos 10 anos, conforme levantamento da Associação de Homossexuais de Campina Grande (AHCG). Os dados da instituição mostram que 92% da mortes eram de transexuais (pessoas que mudaram de sexo por meio de cirurgia). O percentual é equivalente a 83 homicídios. O preconceito e a intolerância são as causas dos assassinatos apontados pela Associação. Em Campina Grande, nos últimos cinco anos, quatro transexuais morreram na cidade com requintes de crueldade.

De acordo com o campinense Carlos Roberto Paiva, 31 anos, que é transexual desde

“Nós, profissionais do sexo, somos agredidos físico e verbalmente, obrigados, na maioria das vezes, a nos submeter a humilhações em troca das nossas próprias vidas”, revela o transexual, que há 21 anos faz parte da classe LGBT de Campina Grande.

**DELEGACIA**

Neste ano, já são cinco os homicídios relacionados a homofobia no Estado. A Delegacia Especializada Contra Crimes Homofóbicos (DECCH), criada na semana passada, em João Pessoa, já possui quatro inquéritos envolvendo mortes de homossexuais por arma de fogo e espancamentos. Dois dos crimes aconteceu no dia quatro de março, no Altiplano Cabo Branco, onde dois homossexuais foram encontrados

prevê o delegado. A DECCH funciona na Avenida Dom Pedro I, 414, no Centro, em João Pessoa, dividindo o prédio com outras duas delegacias, a do Idoso e a da Mulher. “Sabemos que há um prédio novo, que está pronto, para onde seremos relocados e onde haverá uma melhor condição de funcionamento”, adiantou Marcelo Falcone.

Para conter a violência contra os homossexuais na Paraíba, a Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social tem feito diariamente o policiamento em locais onde existem pontos de prostituição de travestis, prostitutas e até garotos de programa. A cobertura policial acontece, em especial, nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

*Polícia reforça rondas em áreas destinadas à prostituição para reduzir crimes de homofobia*

os 18 anos, “Campina Grande é uma cidade onde existe muito preconceito com a classe LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais)”. “A vida de travesti tem seu glamour, financeiramente falando, no entanto, também tem sua parte obscura”, disse. Karlla Kamuratty, como é conhecido enquanto travesti, já foi vitima por diversas vezes de preconceito e violência.

corpo. No crime, morreram Wanderson Wanderley e Moisés de Lima, ambos 20 anos. O suspeito fugiu sem deixar pistas.

O delegado de Crimes Homofóbicos, Marcelo Falcone, disse que mais inquéritos vão chegar na delegacia nas próximas semanas para serem investigados. “Como a delegacia é recém criada, temos uma demanda pequena. Mas o volume de inquéritos será maior”,

“A polícia não trata o cidadão com diferenças. Hoje não existe um tratamento específico aos travestis porque entendemos que todos são iguais. Mas nos pontos onde são feitos os programas, sempre passam viaturas policiais para garantir a proteção da pessoa, seja qual for a opção sexual dela”, disse.

## Prevenção à Aids está entre os grandes desafios

As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids) mataram 1.064 paraibanos entre 1985 e 2008. Desse total, 25% são gays, lésbicas, bissexuais e transexuais (GLBT). Ou seja, 266 morreram infectados com o vírus da Aids e outras doenças adquiridas nas relações sexuais. Os números são do Centro de Triagem e Aconselhamento em DST/Aids, vinculado à Secretaria de Saúde João Pessoa. O órgão de saúde está desenvolvendo um plano de enfrentamento contra a epidemia da Aids entre o grupo GLBT.

De acordo com o diretor do CIA, Roberto Maia, a Aids está sendo encarada como uma doença grave e que precisa de ações de prevenção ao surgimento de novas mortes provocadas pelas DST/Aids. Para evitar o problema, o CIA está desenvolvendo ações voltadas aos gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. A Secretaria de Saúde está

no nacional contra a Aids. “Na lista de ações, está a colocação do nome do travesti na carteira de identificação do Sistema Único de Saúde (SUS) e nas matrículas de escolas da rede pública de ensino”, detalhou Roberto Maia.

O CIA ainda realiza ações educativas contra o preconceito aos homossexuais e de incentivo à prática de sexo seguro nos programas de travestis.



KARLLA KAMURATTY seu glamour, também tem v



**DIFICULDADE** | Mesmo em noites chuvosas, travestis fazem ponto nas avenidas mais movimentadas de João Pessoa



**PESQUISA/** Fernanda Bevenutty acredita que um levantamento mais aprofundado revelaria um número maior de profissionais do sexo

# Paraíba tem 450 travestis na prostituição

**BARTOLOMEU HONORATO**

Capital e o interior do Estado possuem 450 profissionais do sexo atuando em ruas, avenidas e orla marítima pessoense. O levantamento é da Associação de Travestis da Paraíba (Astrapa). João Pessoa é cidade com o maior número de trabalhadores desse ramo. Ao todo, são 250 travestis. Outros 200 estão espalhados em cidades, como Campina Grande e Patos.

De acordo com a Associação de Travestis da Paraíba, Fernanda Bevenutty, o número de profissionais



**CORAGEM** Malu Braga revela que enfrenta os riscos da noite para ganhar a vida

nais do sexo, em atuação na capital e interior, é maior. Contudo, somente um levantamento detalhado vai indentificar a quantidade real de travestis. Na Astrapa, fundada em 2002, as mulheres participam de seminários, capacitações e palestras sobre prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids). Por mês, quatro mil camisinhas são entregues aos travestis. Cada um deles tem direito a levar 40 preservativos para utilizá-los nos programas.

A Associação ainda disponibiliza uma equipe multiprofissional para atender as filiadas. Psicólogos, assistentes sociais e advogados prestam assistência em casos de espancamentos, acompanhamento psicológico as vítimas de assaltos e orientação jurídica aos travestis. "Nós temos uma instituição que fala por nós e que defende os direitos da categoria na Paraíba. Nossa meta é ampliar nossos trabalhos", frisou Fernanda Bevenutty. (Bartolomeu Honorato)

## HOMOSSEXUAIS VÍTIMAS DE HOMOFOBIA

### PARAÍBA

Em 15 de Julho de 2008 em João Pessoa na Paraíba o advogado Felizardo Toscano Leite Ferreira, 40 anos, que foi encontrado morto em seu apartamento no Edifício Aruanã, no bairro do Bessa era homossexual, segundo informou alguns vizinhos da vítima. Em pouco mais de um mês Felizardo foi o terceiro homossexual morto em circunstâncias parecidas naquele Estado.

Em 15 de outubro de 2007, em Campina Grande, o corpo do engenheiro elétrico José Alberto Pontes, 53 anos, foi enterrado em uma construção de um supermercado no bairro Monte Santo, José Alberto foi assassinado a facadas e pauladas. José Alberto era candidato à presidência do PT, em Campina Grande.

### BRASIL

Aparício Basílio da Silva (1935- 1992) Escultor, pintor, crítico de arte e estilistadiretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Ele foi encontrado com 97 facadas e tesouradas num terreno baldio em São Bernardo do Campo, em agosto de 1992

Luiz Antônio Martínez Correa - (1950-1987) Diretor de teatro, encenou, dentre outras, a primeira montagem de "A Ópera do Malandro", irmão José Celso Martínez. Foi encontrado morto em seu apartamento, na véspera de Natal, com 80 facadas.

### MUNDO

Harvey Milk- (1930-1978) Político americano, o primeiro ativista gay a ser eleito para um cargo público na Califórnia, como supervisor (cargo equivalente a vereador) da cidade de São Francisco. Assassinado pelo colega Dan White. A história de Milk foi levada ao cinema tendo como protagonista o ator Sean Penn.

Pasolini- (1922-1975). Cineasta italiano, dos mais importantes do mundo. Foi assassinado por um jovem de 17 anos, Giuseppe Pelosi. Em 2005, Pelosi mudou a versão, disse que Pasolini fora morto por três desconhecidos, o que abriu a possibilidade do crime ter conotações políticas. O caso não foi reaberto.

**JORNAL DA PARAÍBA** GERAL PARAÍBA, DOMINGO, 26 DE JULHO DE 2009 17

**MARGINALIZAÇÃO/** Travestis relatam histórias de violência e preconceito encardadas por eles durante as noites na capital paraibana

# A vida de quem vende o corpo nas ruas de JP

**BARTOLOMEU HONORATO**

Ruas e avenidas que comportam, durante o dia, escritórios de advocacia, clínicas de saúde e concessionárias de veículos viram, à noite, cenário para outros trabalhadores: os travestis. Eles ocupam praças do Centro de João Pessoa, trechos da avenida Epitácio Pessoa e a região da orla marítima da capital em busca da sobrevivência diária, com a venda do corpo, mesmo expostos aos assaltos, agressões físicas e morais na madrugada da cidade.

Pontualmente às 20 horas, Malu Braga chega ao seu local de trabalho. O ponto em que ela aguarda os clientes para o programa fica em frente a uma concessionária de veículos na Epitácio Pessoa. Minutos depois, ela abre a bolsa e tira maquiagem, colares, meias, uma calça apertada e uma blusa curta, além de perfumes. É à mesma, em uma área recuada e escura, que o travesti troca de roupa. "Eu não ando toda produzida no ônibus. Eu só fico bonita depois que eu chego no ponto", contou.

Marcos Braga - nome de batismo de Malu - consegue rapidamente o primeiro de uma série de, no mínimo, três programas noturnos. Jovens solteiros, chefes de família, empresários e idosos fazem parte da relação de clientes de Malu Braga. Cada saída com um homem custa, em média, R\$ 100. Mas os preços chegam a R\$ 200, dependendo do cliente. "Se for um gringo, a gente cobra mais porque eles estão à procura de aventura", declarou o profissional que atua há 15 anos no ramo. No final do mês, ele chega a lucrar mais de R\$ 1 mil.

Logo aos 15 anos de idade, Marcos Braga descobriu que queria fazer programas para pagar as próprias despesas, como a compra de roupas e sapatos. Naquele tempo também veio a primeira luta contra o preconceito. Isso foi em Fortaleza, no Ceará. O rapaz viu a resistência do pai e da mãe à profissão escolhida. Ao alcançar a idade adulta, ele adotou o nome Malu Braga e resolveu ganhar a vida sozinho em São Paulo. Na capital paulista, já com mais de 20 anos de idade, ele relembra que atendia artistas de televisão e atletas famosos. "Eu consegui me estabilizar e encarar menos preconceitos do que na minha família. Mas fiz tudo isso por necessidade. Como eu vivia sozinha, eu tinha que comprar comida, roupa e pagar aluguel", relatou.

Hoje, aos 31 anos, ele faz ponto na Epitácio Pessoa e enfrenta novas barreiras diárias. A violência que toma conta da noite pessoense é o maior desafio. "Eu encaro noites frias, chuvosas, xingamentos de pessoas que passam na rua e até carreiras de criminosos. Minha vida não é fácil. Eu só volto para casa perto de amanhecer o dia. Na verdade, eu queria outro emprego e trabalhar como qualquer pessoa normal. Mas quem quer empregar um travesti? O mundo é preconceituoso e não nos aceita", desabafou Malu Braga, ao lembrar que foi inúmeras vezes à delegacia prestar queixa contra clientes que não pagaram o programa sexual. "No local em que eu deveria ser tratada como vítima, os agentes faziam brincadeiras comigo e defendiam o mau pagador", disse o travesti.

Malu Braga divide o mesmo ponto com uma colega. Wanessa Ferrari, 31 anos, que vende o corpo há 16 anos. Todos os dias ela convive com o medo e apreensão em trabalhar nas noites de João Pessoa. A travesti perdeu a conta do número de clientes que a maltratou depois do fim do programa. "Tem cliente que quis dar em mim, apontou revólver na minha cara e, na volta do motel, me abandonou na beira da BR sem eu ter dinheiro para retornar ao meu ponto", narrou Wanessa Ferrari ao cobrar policiamento mais frequente na Epitácio Pessoa.

**Agressões físicas e xingamentos fazem parte da rotina diária dos profissionais do sexo**

**COMPANHIA DIÁRIA** | Malu Braga e Wanessa Ferrari dividem o mesmo espaço em um ponto de prostituição na avenida Epitácio Pessoa



## "Somos mulheres com um algo mais"

Prazer na cama e aventuras sexuais são as causas que levam um homem a pagar por um programa com travesti. Quase todos os clientes de Wanessa Ferrari e Malu Braga buscam realizar fantasias sexuais que são impossíveis de serem concretizadas com a namorada, companheira ou esposa. Na previsão das duas profissionais do sexo, 80% dos 72 clientes mensais de cada uma delas querem ser passivos na cama, o número é equivalente a 57 homens.

"O homens nos procuram porque somos mulheres com algo mais e sabemos como agradá-los na cama", declarou Wanessa Ferrari. O travesti disse que, durante um programa, um cliente exigiu que ela trocasse de roupa com o parceiro para agradá-lo. Essa era a fantasia sexual de um paraibano. "Ele queria que eu fosse ele e que ele ficasse no meu lugar. Ele até usou minhas joias e maquiagem", detalhou o profissional do sexo.

O exemplo citado por Wanessa Ferrari é confirmado pelo colega Malu Braga. Ele estima que, na maioria dos programas, os clientes querem ser passivos na cama. "Para cada 10 programas, em 8 deles nós fazemos o papel ativo e os homens são os passivos", estima Malu Braga, que chega a fazer 72 programas mensais. As duas travestis utilizam e-mail, sites de relacionamento, cartão de apresentação e telefones para facilitar o contato com os parceiros, incluindo clientes que contratam o serviço mensalmente.

CONTINUA NA PÁGINA 18